



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Faculdade de Ciências e Tecnologias
Departamento de Arquitectura

Estratégia para um Centro: Avenida Calouste Gulbenkian

Ana Lisa Carvalho Rodrigues Relvão

Dissertação Orientada pelo Doutor Adelino Gonçalves

Coimbra, Julho de 2012

O cronista que um dia fizer a história dos períodos que a este se seguirá terá críticas mais cruas a fazer, porque então a Cidade estará estrangulada por povoações satélites, crescidas da mais pura expressão popular de ao Deus dará.

Armando Carneiro da Silva. 1981

Índice

1. Introdução	3
1.1. Contexto	9
1.2. Proposta.....	13
2. Contexto	19
2.1. Coimbra. Década 30.....	19
2.2.(Ante)Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra. 1940.....	25
2.3. Plano Regulador da Cidade de Coimbra. 1955.	37
2.4. Planos de Urbanização de Coimbra. Após 1970.....	45
2.5 A Avenida.	53
3.SWOT	63
3.1. Plano Estratégico de Coimbra. 2009.....	65
3.2. Coimbra. Celas.....	69
3.3. Estratégia para Celas	75
3.4. Ensaio.....	83
4. Por fim.....	97
5. Peças Desenhadas.....	101
6. Bibliografia	103

1. Introdução

A reflexão sobre as transformações urbanas na cidade de Coimbra domina esta dissertação, incidindo em Celas, área para a qual sugiro uma estratégia urbanística integrada.

É a partir da Avenida Calouste Gulbenkian, para a qual objectivo a requalificação do espaço público e a revitalização do comércio que estruturo um conjunto de objectivos urbanísticos e, por isso, é a partir desta unidade do sistema do espaço público que desenvolvo esta reflexão.

Trata-se de um exercício de planeamento e projecto urbano sobre o tecido existente, no intuito de fazer e refazer cidade com a percepção de que os instrumentos de ordenamento do território e planeamento urbano concentram hoje esforços para a consolidação e reabilitação dos centros urbanos, em detrimento da sua expansão.

O tema que abordo decorre do ensaio de prática urbanística das disciplinas de Projecto Urbano I e II, no ano lectivo 2009/2010 – 4º ano – que induziu e apelou a uma reflexão sobre a cidade contemporânea e os instrumentos que dispomos para gerir o seu desenvolvimento.

Coimbra, uma cidade que, há imagem de muitas, cresceu com planeamento ineficaz e sem desenho, foi estruturada por arruamentos que proporcionaram a ocupação do território de forma expedita, resultando num tecido disperso e fragmentado.

A primeira geração de planos urbanísticos, em que a globalidade do território nacional era visada – Planos Gerais de Urbanização – foi elaborada a partir da década de 30. Mas para além de não abrangerem todos os núcleos urbanos destinavam-se aos centros das cidades, propriamente dito. A ocupação dispersa e fragmentada acentuou-se a partir da década de 60, quando em 1965 foi permitido o loteamento por particulares.¹ Só passados 30 anos é que a primeira geração de Planos Director Municipais cobria todo o país. Porém, a generosidade dos seus perímetros urbanos sustentou o mesmo tipo de ocupação.

¹ Decreto-Lei N.º 46673 de 29 de Novembro de 1965.

Contudo, os paradigmas de gestão territorial e urbanística mudaram. Hoje as várias iniciativas que vêm sendo criadas no contexto nacional e há mais tempo no europeu, propõem intervenções de fundo e estruturadoras que visam a reabilitação das cidades, valorizando-as.

A Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis (EU, 2007) estabelece um conjunto de princípios e estratégias em matéria de desenvolvimento urbano. Este documento doutrinário junta a reabilitação urbana e a consolidação dos centros urbanos de forma a compactar os territórios urbanizados, com o objectivo de reduzir os impactos ambientais e, em contrapartida, não reduzir as áreas verdes e os solos agrícolas.²

Em cada um dos Estados-Membros, esses princípios e estratégias devem ser integrados nas suas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais, através de eixos de desenvolvimento urbano integrado com estratégias activas em matéria de inovação e educação, modernização das redes de infra-estruturas, melhoria da eficiência energética e da criação e preservação de espaços públicos de qualidade.³

Em Portugal, reflectiu-se no Programa Nacional de Política de Ordenamento Territorial (2007) e no programa Política de Cidades POLIS XXI (2007).

No caso do PNPOT, importa relevar que constitui um instrumento que estabelece grandes opções e princípios para a organização do território nacional. Visa, entre outros aspectos, promover a coesão territorial do país através de um desenvolvimento policêntrico, assente num reforço dos centros urbanos e de uma gestão correcta das infra-estruturas de forma a consolidar as cidades.⁴

A Política de Cidades POLIS XXI constitui um novo ciclo de gestão urbana desenvolvido a partir de programas anteriores mas que intenta resolver outros problemas. Procura-se, com este programa, modernizar, qualificar e reforçar a competitividade das cidades, promovendo a sua modernização com novos modelos de gestão e governação territorial.

²http://politicaedecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents

³http://politicaedecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents

⁴ Relatório do Programa Nacional de Política de Ordenamento Territorial. 2007

Como se sabe, o PNPOP encima todo o sistema de instrumentos de gestão territorial. Paradoxalmente, foi o último a ser elaborado. De qualquer forma, estabelece o quadro de referências a considerar na elaboração dos restantes instrumentos.

Ora, no caso particular de Coimbra estão em desenvolvimento três importantes instrumentos de gestão, nomeadamente o Plano Estratégico, já concluído, a elaboração do Plano de Urbanização e a revisão do Plano Director Municipal, cujas premissas assentam nas linhas do PNPOP.

Doravante, o desenvolvimento urbano deve processar-se de forma a consolidar a cidade existente, esbatendo a expansão e a dispersão de forma a maximizar o espaço livre. Devem ser envidados esforços no sentido de reabilitar e reequipar a cidade.

Comumente, as intervenções urbanas concentram-se, de modo geral, nas áreas centrais. Permanece por redefinir a restante área urbana, resultado de um crescimento casual que originou um tecido urbano disperso e um território polinucleado. Porém, são núcleos com uma identidade funcional aos quais falta uma identidade formal e é nesse sentido que urge intervir: associar a função à imagem, criando códigos de correspondência dentro dos próprios núcleos, configurando-os como centros de identidade.

Foi este sentido de proporcionar uma identidade ao espaço que me foi sendo incutido durante o percurso académico. Assim, procuro com este trabalho uma estratégia que defina uma identidade.

A escolha do lugar não foi arbitrária. São várias as unidades formais – quase ruas, quase avenidas, quase praças ou largos – que não reflectem um propósito, uma linguagem nem um sentido na cidade. Resultam, genericamente, da ineficácia dos planos ou da sua ausência.

A Avenida Calouste Gulbenkian é exemplo disso. Se for lida no contexto do seu planeamento, integra uma estratégia e um sentido na cidade. O projecto inicial, que data de 1965, constituía um arruamento estruturante e organizador da malha urbana em expansão. Porém, a sua construção foi parcial e resultou numa unidade descaracterizada.

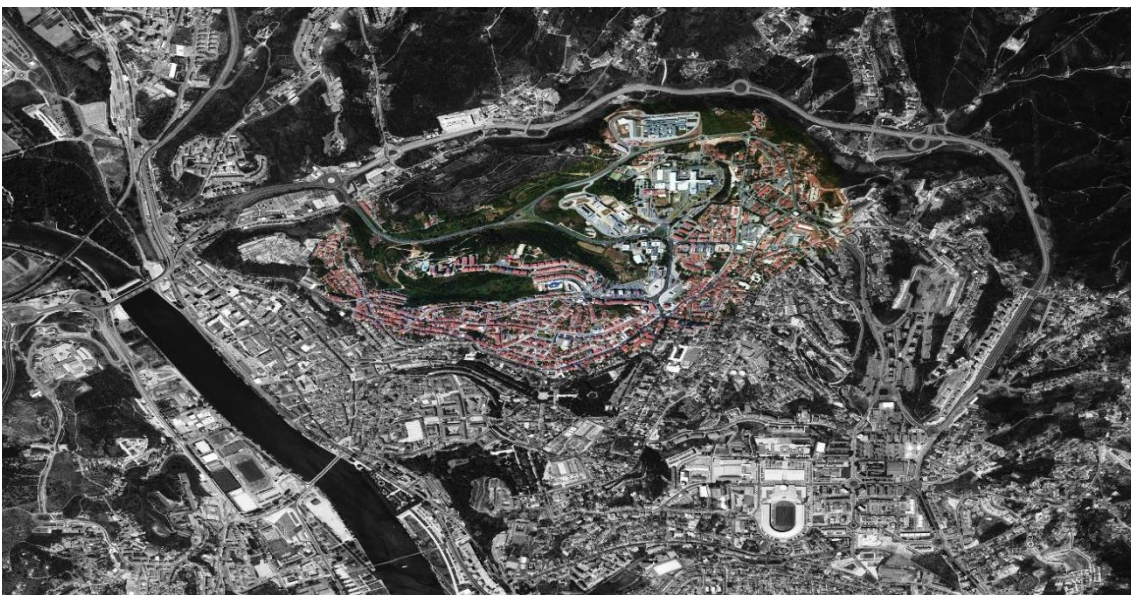


Figura 1. Coimbra. Montes Claros, Celas e Cumeada.

Assim, compreender as transformações da Avenida e os problemas que daí derivaram carece de outras justificações para além da ineficácia do plano, num contexto acertado, contemporâneo às acções.

Neste sentido, estruturo o trabalho em duas partes. A primeira, de carácter analítico, que constitui a história do processo onde abordo o contexto social, os planos e estudos que estruturaram Coimbra, incidindo em Montes Claros, Celas e Cumeada; o segundo, de carácter propositivo, onde ensaio uma estratégia de consolidação do centro de identidade.

1.1. Contexto

O exercício do planeamento urbanístico com suporte jurídico e administrativo em Portugal ganhou maior expressão a partir do Decreto-Lei n.º 24802 de 21 de Dezembro de 1934. Este diploma obrigava, pela primeira vez, as Câmaras Municipais a promoverem a elaboração de um Plano Geral de Urbanização das sedes dos seus municípios e de outras localidades com mais de 2500 habitantes, cujo aumento populacional, entre os dois últimos recenseamentos oficiais, tivesse sido superior a 10%. Deste modo, os municípios ficaram responsáveis pelo planeamento dos aglomerados urbanos de forma a ordenar o crescimento territorial, providenciando equipamentos e serviços básicos em todo o perímetro.⁵

Foi nesta década que se atingiu o primeiro auge do urbanismo em Portugal, na sequência das obras públicas e dos planos de urbanização executados nas principais cidades do país. Pretendia-se criar uma nova imagem da cidade que reflectisse o regime político vigente e, foi nesse contexto, que os urbanistas Alfred Agache e Etienne de Gröer vieram para Portugal trazendo com eles novos conceitos que tentaram incutir nas cidades portuguesas.⁶

Em Coimbra, as políticas do Regime tiveram um forte impacto na imagem da cidade.

⁵ Decreto-Lei n.º 24802 de 21 de Dezembro de 1934.

⁶ SANTOS, Lusitano dos. Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra. 1983.

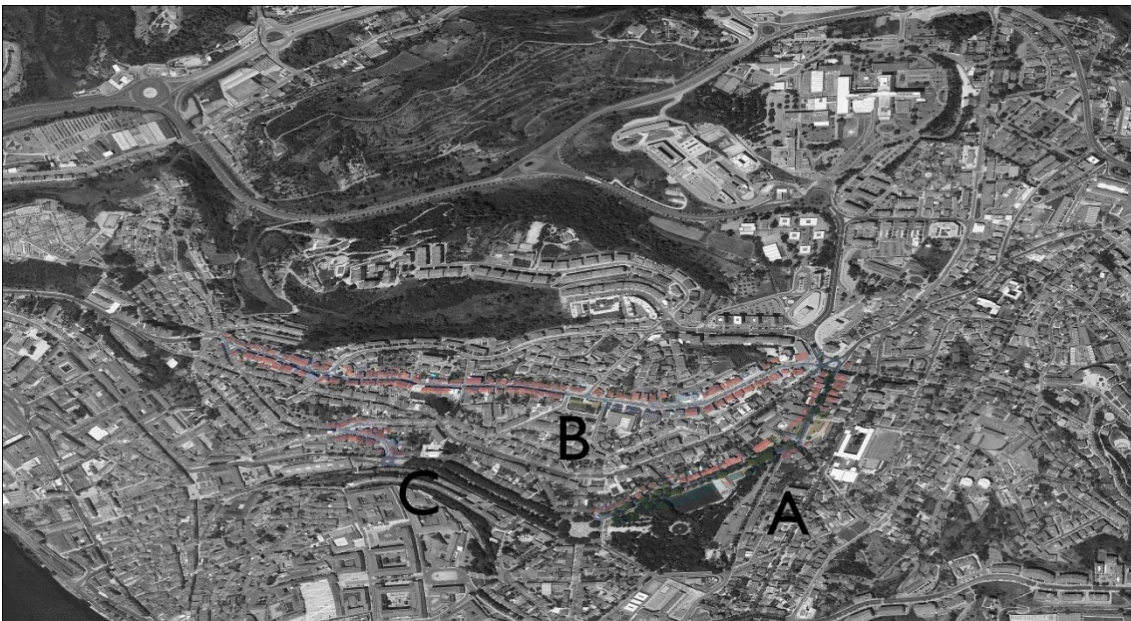


Figura 2. A-Rua Lourenço de Almeida Azevedo. B-Rua Dr. António José de Almeida. C-Rua da Manutenção Militar.

A construção da Cidade Universitária e o primeiro plano de urbanização transformaram o tipo de ocupação em Coimbra, nomeadamente, com a construção de bairros sociais em volta da cidade central.

É justamente neste contexto que procuro delinear as circunstâncias em que ocorreram as transformações urbanas em Coimbra a partir da década de 40, incidindo sempre sobre Montes Claros, Celas e a Cumeada.

Foi a partir deste período que a ocupação aumentou de forma significativa, alterando substancialmente a ruralidade que distinguia as freguesias fronteiriças da zona central de Coimbra.

Outrora um arrabalde em redor do mosteiro, Celas uniu-se ao centro da cidade através da abertura da Rua Lourenço de Almeida Azevedo iniciada em 1893. Este arruamento proporcionou o aumento da ocupação daquele espaço rural. Da mesma forma, a abertura da Rua Dr. António José de Almeida iniciada em 1931 e a abertura da Rua da Manutenção Militar iniciada em 1901 facultou também, maior ocupação na Conchada, Montarroio e Montes Claros de forma espontânea, que não se regravava por qualquer plano, pois eram freguesias rurais.⁷

A expansão pouco coesa não significa, no entanto, a inexistência de um plano. Significa, sim, a sua ineficácia. Etienne de Gröer e Antão de Almeida Garrett foram urbanistas importantes no planeamento de Coimbra. Os planos por eles coordenados em 1940 e 1955, respectivamente, estabeleceram orientações para o desenvolvimento da cidade que ainda hoje são consideradas no seu desenho, nomeadamente o zonamento, vias e o, mais importante para esta dissertação, a extensão da Avenida Calouste Gulbenkian. Também, por exemplo, a deslocação da estação de caminho de ferro – Coimbra A – do centro da cidade, já fazia parte do primeiro plano de 1940 e hoje integra as propostas camarárias. É por isto que a análise dos planos precedentes é relevante no entendimento da cidade. Há muito tempo que os problemas estão identificados.

⁷ FERREIRA, Carolina. Coimbra aos Pedacos. Uma Abordagem ao Espaço Urbano da Cidade. Coimbra 2007. Prova Final - Arquitectura. FCTUC.

Mas, mais relevantes para este trabalho são os sucessivos estudos e projectos elaborados para a Avenida Calouste Gulbenkian. São essenciais para a compreensão das relações de escala, volumetria, desenho da rua e respectivo perfil.

No intuito de construir o episódio da Avenida a minha análise é feita a partir do documento *Revisão das Comunicações e Estudo duma Avenida*, de 1965, ano em que a sua construção é proposta, e prolonga-se até 1974, ano do último estudo a que tive acesso, já o arruamento estava construído. Os últimos desenhos dizem respeito à construção da Biblioteca Municipal que se projectava na Avenida Calouste Gulbenkian e por isso esta integrava os estudos.

Esta informação que se encontra arquivada na Biblioteca Municipal dá conta, entre outras questões, da hesitação do desenho, nomeadamente do Largo da Cruz de Celas, implantação e volumetria do edificado.

De forma a consolidar o contexto do material gráfico, apoio a dissertação nas actas das Sessões da Câmara Municipal de Coimbra publicadas – Anais do Município de Coimbra 1940-1959 e 1960-1969 – e em actas não publicadas.

Desta forma, desde o primeiro plano de urbanização, de 1940, até ao presente, analiso de forma descritiva o surgimento da Avenida Calouste Gulbenkian.

Uma narrativa com 70 anos que por certo não termina aqui.

1.2. Proposta

A proposta não é fortuita. Revê-se nos actuais instrumentos de gestão e ordenamento urbano, nomeadamente o PNPOP que aponta algumas das directrizes adoptadas no Plano Estratégico de Coimbra.

A gestão da cidade existente, como referiu Nuno Portas (1982), “... é o conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes...” cujos objectivos são “...a reestruturação ou revitalização funcional...”

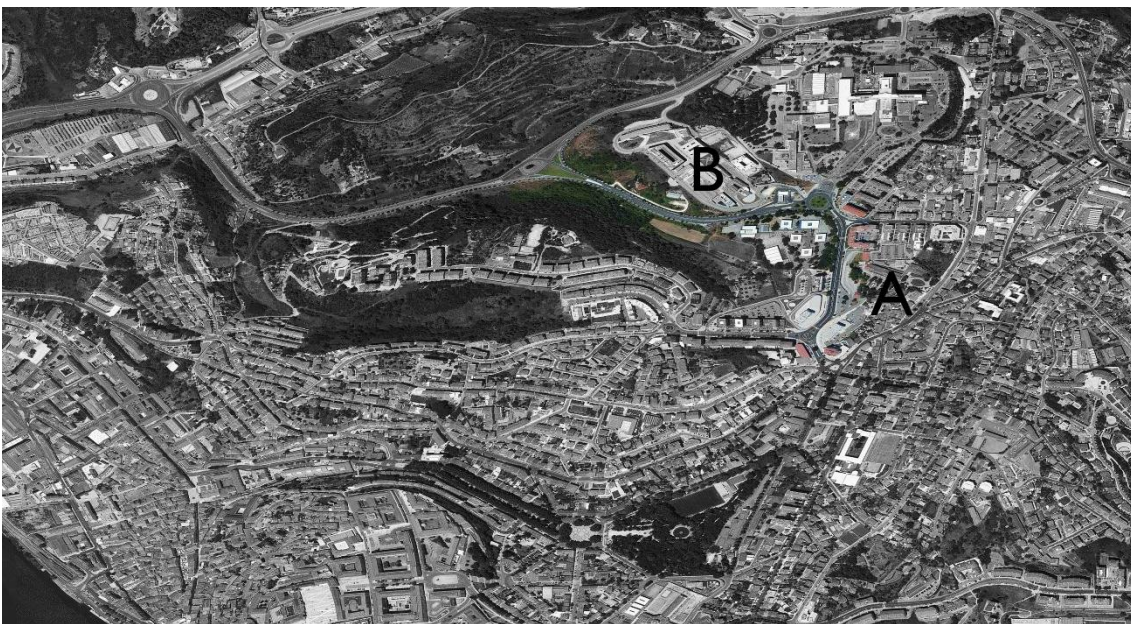


Figura 3. A-Alameda Dr. Armando Gonçalves. B-Rua Costa Simões.

a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica...” e a “... *reapropriação social e cultural...*”.

É com esta percepção e com o objectivo de requalificar a avenida que perspectivamos a estratégia, integrando um conjunto de factores determinantes para a constituição de um centro de identidade. Neste sentido, é importante a reflexão alargada sobre a envolvente e a análise das dinâmicas urbanas da área que justificam o conceito da intervenção. Trata-se de procurar um equilíbrio entre os valores existentes, os programas, as infra-estruturas, os equipamentos e o indivíduo.

A requalificação da avenida assenta no desenho do espaço público e na caracterização dos edifícios que o conformam, com o objectivo de revitalizar o comércio.

Intrinsecamente, estabelecemos objectivos a concretizar na envolvente que passam pela reconversão funcional e tipológica do parque edificado, pela requalificação de frentes de rua, pela clarificação da rede de atravessamentos e pelo preenchimento de áreas expectantes.

Este torna-se assim o segundo objectivo: associar ao pólo funcional uma identidade formal através da criação de um *cluster* de saúde. Contudo, o objectivo da construção de um *cluster* de saúde é contemplado no Plano Estratégico de Coimbra mas segundo moldes diferentes.

O terceiro objectivo incide sobre a Alameda Dr. Armando Gonçalves: a estruturação da frente de rua. É um problema que se tornou fulcral devido à construção do novo Hospital Pediátrico. O velho edifício, agora devoluto, restringia a ocupação daquele espaço mas hoje já não faz sentido a sua existência. E, segundo esta ideia, mostra-se mais importante a consolidação da rua e a ocupação daquela área com, por exemplo, edifícios de habitação colectiva de forma a consolidar a malha, criando frente de rua e dando nova ocupação aos parques de estacionamento que ladeiam a Alameda.

O quarto objectivo incide sobre a temática das Portas da Cidade – também referida no Plano Estratégico – que instintivamente aponto para o arranque da Rua Costa Simões onde a escala da cidade muda, onde começa efectivamente a cidade compacta.

Os vazios em Montes Claros, Celas e Cumeada representam a grande potencialidade desta área e a passagem do Metro Mondego representa uma oportunidade, se for efectivamente construído.

No entanto, sendo esta uma prova teórico-prática, conservo a consciência das fragilidades de um projecto de urbanização ou de uma simples intervenção na cidade que careça do parecer e contributos de várias entidades, discussões públicas... Ainda assim, avanço deliberadamente com este ensaio sabendo da multidisciplinaridade que suporta este tipo de propostas e da complexidade do objecto *cidade*. Concentro-me, como arquitecta, na imagem da Avenida, no seu desenho.

2. Contexto

...de futuro, nenhuma obra de urbanização se realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização...

Duarte Pacheco. 1934

Uma cidade que nos surge desordenada reúne no seu crescimento a sucessão dos vários planos de que foi sendo objecto. Centrada na Alta, Coimbra sempre esteve associada à Universidade, a sua primeira linha de identidade.

Como falar de Coimbra sem mencionar a Universidade? Como referir a expansão da cidade sem mencionar o Estado Novo? Conhecer as circunstâncias em que o crescimento da cidade aconteceu e continua a acontecer são fundamentais para a compreensão do seu traçado, propósitos e consequentes resultados.

Neste sentido, começo por traçar as linhas gerais do contexto socioeconómico na década de 30 e das alterações da cidade que se resumem, grosso modo, à construção do Bairro de Cela se ao início da construção da nova Cidade Universitária. O impacto do Plano de Urbanização, de Extensão e de Embelezamento de 1940 e o reflexo deste no Plano Regulador de 1954, assim como nos planos posteriores revela-se importante na leitura da cidade, que concluo com a análise dos projectos e estudos para a avenida Calouste Gulbenkian.

2.1. Coimbra. Década 30.

Em plena II Guerra Mundial, vivia-se um período de crise económica marcado, entre outras questões, pelo aumento do preço dos combustíveis e dos materiais de construção. Também o preço dos alimentos aumentava devido à seca extrema no país. Era um quadro socioeconómico descomposto, com elevados níveis de pobreza.

Coimbra, na margem direita do Mondego, era então composta por duas zonas distintas, a Baixa e a Alta que, ao longo do tempo, se tornaram numa só massa. Planos como o da urbanização da Avenida Sá da Bandeira foram estruturais no desenho da cidade, criando uma espinha dorsal na consolidação da sua expansão, com as colinas que, de um lado e do outro a ladeiam.

A construção da nova Cidade Universitária também teve impacto na expansão da cidade. A localização das novas instalações não foi imediata. As várias alternativas passavam por zonas consideradas rurais, como o Calhabé e Montes Claros. Eram planícies amplas com custos de aquisição e urbanização reduzidos, que permitiam ampliações futuras. No entanto, para manter a tradição, a Universidade foi construída no núcleo citadino. A sua construção na Alta implicou a demolição de vários quarteirões onde funcionava habitação, pequena indústria e comércio, resultando num elevado número de desalojados.⁸

Embora centrada no núcleo da cidade, esta intervenção teve ondas de choque na periferia de então. O desenho da Cidade Universitária não era um instrumento organizador da urbe. Foi antes um plano parcelar, alheio à escala da cidade, encaixado naquele que seria o bairro mais condensado de Coimbra. A nova linguagem não se encaixava no meio envolvente, estava desagregado, ficando assim, monumentalmente só.

Apesar das demolições, a área conseguida não foi o suficiente para responder às solicitações da Universidade. Antes de terminadas as obras, já se previam novas ampliações fora do perímetro da Alta. Mais tarde, a partir da década de 80, algumas valências foram transferidas para Celas, como o Hospital Universitário, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia.

Simultaneamente ao projecto da Cidade Universitária, uma outra iniciativa do Estado Novo criava novas dinâmicas urbanas: a construção de 5000 moradias em algumas cidades do país.⁹

Em Coimbra eram previstas 500 habitações subsidiadas pelo governo mas o número de desalojados ia aumentando face às várias demolições que aconteciam dentro do perímetro da cidade. Desta forma, começava o estudo para a construção de seis bairros em áreas periféricas.¹⁰

⁸ ROSMANINHO, Nuno. O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária da Coimbra. 2006.

⁹Decreto-Lei n.º 33278 de 24 de Novembro de 1943.

¹⁰ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940-1959. 1981.



Figura 4. Bairro de Celas.

Tal como os bairros assim previstos, o bairro social existente estava localizado fora do perímetro da cidade: o Bairro D. Manuel Bastos Pina ou Bairro Operário Bispo -Conde, construído em 1898, localizava-se na Rua Dr. António José de Almeida que marcava o limite da cidade. Assim, o primeiro bairro social construído ao abrigo do programa do governo foi o Bairro das Sete Fontes, mais tarde Bairro de Casas Económicas de Celas, construído em 1946 para albergar parte dos desalojados da Alta, foi também ele, erguido fora dos limites da cidade.¹¹

Implantado solitariamente numa zona despovoada, junto da Quinta das Sete Fontes, o Bairro de Celas era composto por uma planta circular formada por 100 pequenas casas. Cada família dispunha de uma pequena área contígua à casa onde podia cultivar os próprios alimentos. Era um aglomerado aldeão, cujo modelo pode ver-se reflectido no conceito de cidade-jardim, como uma aldeia satélite.¹²

Após a construção deste bairro seguiram-se os da Cumeada, da Conchada, do Calhabé, da Fonte do Castanheiro e o Bairro de Santa Clara mas segundo outros modelos.

Apesar de acções simultâneas, a construção da Cidade Universitária e a construção dos novos bairros sociais respondiam a diferentes programas do governo e a eles se juntou um terceiro, que já referi, a elaboração de Planos Gerais de Urbanização de todas as sedes de municípios e localidades que tivessem mais de 2500 habitantes.

Implícito ao Plano Geral de Urbanização estava a expansão das cidades cujo principal objectivo era a disponibilização de terrenos edificáveis para as classes emergentes.¹³

Apesar das circunstâncias não serem as mais favoráveis, este foi um período de elevada expansão urbana e de grandes transformações. São exemplo disso o processo de demolição na Alta para a construção da Cidade Universitária, a demolição do Bairro Operário Bispo-Conde, a demolição do Bairro de Lata da Conchada e a consequente construção de novos bairros para albergar os desalojados.

¹¹ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940-1959. 1981.

¹² ROSMANINHO, Nuno. O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra. 2006.

¹³ PORTAS, Nuno. 2005.

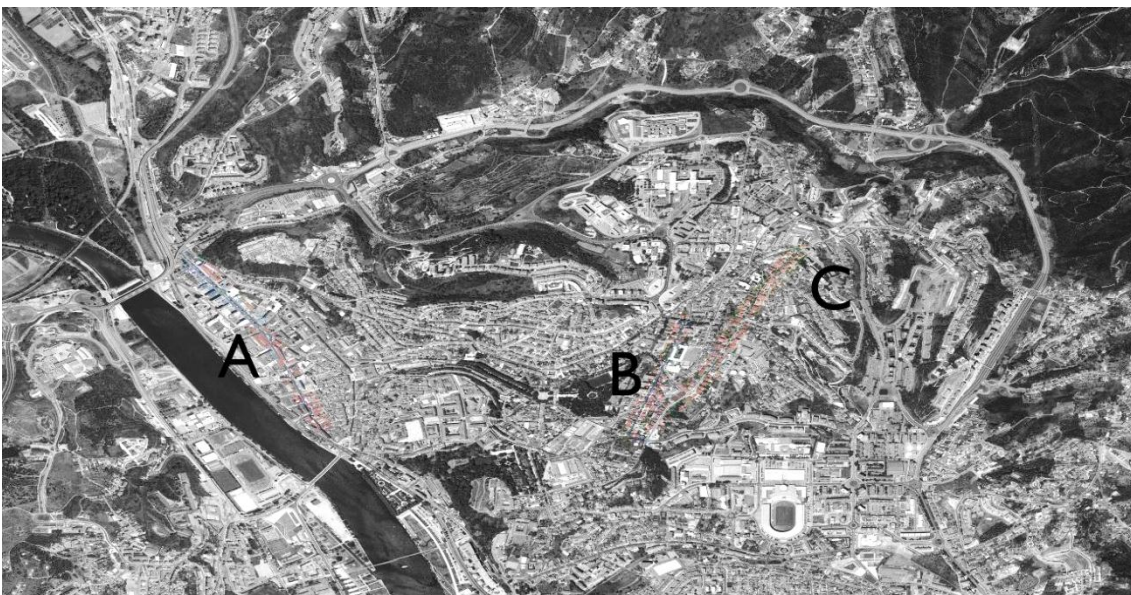


Figura 5. A-Avenida Fernão de Magalhães. B-Avenida D. Afonso Henriques. C-Avenida Dias da Silva.

Estas dinâmicas promoveram a urbanização de Montes Claros, Celas, Santo António dos Olivais, Calhabé, etc., assim como a consolidação das avenidas que constituíam os limites da cidade: Fernão Magalhães, Dom Afonso Henriques e Dr. Dias da Silva.¹⁴

Foi entre a renovação da Alta e o impulso da construção dos novos bairros sociais implantados nas freguesias rurais, que se promoveu o pico de expansão da cidade a partir da década de 30. Foram estes movimentos que direccionaram a expansão da urbe através do preenchimento de vazios entre pólos habitacionais. Foi para esta cidade que Etienne de Gröer elaborou o Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão.

2.2.(Ante)Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra. 1940.

Primeiro arranjar a parte existente da cidade, de forma a torná-la saudável, cómoda e bela quanto possível; segundo, procurar extensões suficientes para lhe permitirem desenvolver-se harmoniosamente.

Etienne de Gröer. 1945

A cidade foi pensada, estruturada e o seu crescimento previsto. No entanto a expansão aconteceu de forma casuística na medida em que o plano não foi executado enquanto estrutura organizadora da urbe, mas antes como um documento orientador de acções concretizadas de modo avulso e casual.

A rigidez do regulamento levou a constantes transgressões, desde construções clandestinas ao reduzido investimento privado na cidade. Tanto o zonamento como as vias propostas, compuseram um legado que tem sido objecto de reflexão nos sucessivos planos e estudos urbanísticos elaborados desde 1940.

Pois foia partir da década de 30 que se instalou, de forma sistemática e com suporte jurídico e administrativo, em Portugal, o investimento no urbanismo.

¹⁴ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940-1959. 1981.

O então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Engenheiro Duarte Pacheco, trouxe para Portugal em 1938 o urbanista Etienne de Gröer para o estudo de planos gerais de urbanização de algumas cidades do país e um conjunto de obras públicas que marcou as décadas seguintes.¹⁵

Em reunião da Câmara Municipal, em 31 de Dezembro de 1940, foi apresentado o Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade Coimbra. Em 11 de Dezembro do ano seguinte foi apreciado, aprovado e remetido para o Ministério das Obras Públicas para aprovação, mas entrou logo em vigor o Zonamento e o Regulamento de Construções. A partir desta data, todos os arruamentos, loteamentos e edificações deveriam seguir o plano.¹⁶

No *Relatório Geral* estava incluído a *Análise do Estado Actual* que expressava claramente a organização da cidade à época: a cidade baixa e a cidade alta da colina antiga e muito íngreme onde assentava a Universidade, do lado direito do Rio Mondego.

A Universidade era a referência da cidade além fronteira. Para Coimbra vinham estudantes de todo o mundo, o que proporcionava um estatuto intelectual à cidade.

Como capital de conselho, Coimbra era também um centro administrativo e comercial. A indústria que integrava a cidade, na grande maioria situada a Norte da Estação Velha, formava já uma zona industrial.

As directrizes para a organização e expansão da cidade, expostas em *Bases do Projecto de Urbanização*, incidiam segundo o modelo da cidade-jardim que Etienne de Gröer considerava a primeira base do urbanismo moderno. A *cidade central*, como referido no *Relatório Geral*, seria o centro de uma série de aldeias satélite. Para além deste conceito, era também proposta a aplicação do conceito de zonamento com base no crescimento previsto da população nos 30 a 50 anos seguintes. Desta forma, a cidade foi dividida em diversas zonas, cada uma delas com o respectivo regulamento de modo a aproveitar o solo convenientemente, sem que diferentes funções se misturassem.

¹⁵ LOBO, Margarida Souza. Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco. 1995.

¹⁶ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959. 1981.



Figura 6. Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão de Coimbra. 1940.

Objectivamente, intentava o controlo do índice de construção nos diversos bairros de forma a controlar também a especulação imobiliária. A divisão coerente de cada quarteirão em lotes com dimensões de acordo com o regulamento da respectiva zona ordenaria cada parte da cidade. Esta norma adaptava-se a qualquer zona, impedindo a actividade de iniciativa privada de avançar com urbanizações, uma vez que, apenas o município podia fazê-lo.

Estavam assim delineados os objectivos do plano: “...*melhorar a saúde pública e moral dos habitantes da cidade, e o de fazer aumentar o rendimento no trabalho.*”¹⁷

Na segunda parte do relatório, *Anteprojecto do Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra – Conjunto*, Etienne de Gröer estabelece a estrutura do plano, aquilo a que chama a *ossatura*, isto é, as artérias regionais e as vias de circulação dentro da cidade. Com o Zonamento e a Rede de Circulação aprovados, o plano tinha uma estrutura estabelecida para urbanizar a cidade.

Os bairros, as aldeias satélite e as áreas de expansão propostas incidiam sobre pequenos núcleos pré-existentes. Os mais próximos da *cidade central* eram os bairros da Conchada, Montarroio, Montes Claros, Celas e Cruz de Celas; os subúrbios eram Santo António dos Olivais, Calhabé e Santa Clara; as aldeias satélite eram Coselhas, Tovim, Chão-do-Bispo, Portela e Várzea.

Estes bairros, considerados então como periferia da cidade, eram zonas residenciais que cresciam sem ordem e sem infra-estruturas. De forma geral, o objectivo para estas áreas era a conservação do seu carácter residencial mas munindo-os de um zonamento específico de forma a regulamentar as construções no sentido de estabelecer o equilíbrio entre o edificado e as infra-estruturas. Por último, era também objectivo do plano o estabelecimento de ligações entre cada um dos bairros e acessos à *cidade central* – vias estruturantes.

¹⁷ GROER, Etienne de. Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra. Princípios Gerais. Página 71.



Figura 7. Plano de Urbanização de Montes Claros, Celas e Cumeada.

Justificando a intervenção nos bairros, Etienne de Gröer, esboçou o *Estado Actual* de cada um deles que deveria ser estudado individualmente. Desta forma, começou por delinear o limite de cada um, Conchada, Montarroio, Montes Claros, Celas, Cruz de Celas e Cumeada actualmente, como se sabe, formam uma só massa.

No entanto, o bairro da Conchada e de Montarroio, formavam, na década de 30/40, um corpo integro que começava a agregar-se ao bairro de Montes Claros.

Um bairro que, como os restantes, tinha grandes diferenças topográficas de que originaram alguns problemas de arruamentos, como declives excessivos que exigiam elevados gastos em manutenção.

Nesse panorama, Etienne de Gröer propôs a transformação de algumas ruas em passagens pedonais, ajardinadas e arborizadas. Para além deste arranjo, previu a construção de um outro edifício camarário no lugar do Matadouro Municipal pois já se previa a construção de um novo matadouro na Zona Industrial da Pedrulha. Com a demolição do Bairro Operário Bastos Pina na Rua Dr. António José de Almeida, antes referido, a Câmara Municipal cedeu o terreno do matadouro para a construção de uma nova capela em substituição da capela do bairro. Nesse espaço foi edificada a Igreja Nossa Senhora de Lurdes, Montes Claros.

No Bairro Cruz de Celas, junto ao Liceu D. João III, actual Escola Secundária José Falcão, Etienne de Gröer propôs a criação de um jardim que delineava o acesso à rua inferior, Rua Lourenço de Almeida Azevedo, de ligação à Praça da República, como hoje se verifica.

Mais abaixo, no lote ocupado actualmente pela Maternidade Bissaya Barreto, propôs também a construção de uma escola primária.

Em Celas, cujo crescimento foi marcado pela construção do Bairro de Casas Económicas, estava previsto um grande mercado municipal na Quinta dos Sardões. O objectivo da construção do mercado era o abastecimento dos bairros envolventes. Celas era uma área central dos aglomerados que se estavam a gerar.

O Mosteiro de Celas, núcleo mais antigo do bairro, era rodeado de pequenas casas que, segundo o plano, deveriam ser preservadas para manter uma ambiência rural.



Figura 8. Planta de Urbanização de Montes Claros, Celas e Cumeada.

Estas, depois de restauradas, deviam albergar os desalojados da Alta em complemento ao Bairro de Casas Económicas.

O bairro de Santo António dos Olivais, apesar de mais distante da *cidade central*, também se integrava neste conjunto. Por não ser um bairro com elevado índice de construção e com um carácter rural mais acentuado, o objectivo caracterizava-se sobretudo pela protecção do espaço envolvente à Igreja e respectiva praça.

Algumas destas propostas integram o capítulo *Anteprojecto do Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra – Princípios Gerais*.

Trata-se de Plantas de Pormenor de Urbanização à Escala 1:1 000, de onde destaco a *Número 2: Planta de Urbanização de Montes Claros, Celas e Cumeada*, onde estão representadas as novas vias de acesso à Extensão Residencial Nordeste, o mercado e a escola, propostas que serviriam os bairros envolventes.

O plano de urbanização de Montes Claros, Celas e Cumeada, era assim estruturado: cada um dos lotes estava identificado com o respectivo zonamento, do R-1 ao R-4. Ou seja, esta área da cidade estava reservada para a habitação. Admitiam-se lotes para as classes mais abastadas e para as mais desfavorecidas, conservando no entanto um limite máximo de 3 pisos. As habitações *agrupadas*, como são referidas, variavam para um limite de 2 a 10 famílias, mas com edifícios desenvolvidos em banda.

Celas era identificada como uma Zona R-4, Zona Residencial Operária e Zona A-4, Zona Arqueológica, o equivalente a uma actual zona com interesse histórico.

A construção das vias propostas que iam em direcção a Coselhas pelo Vale Meão permitiria aos moradores destes bairros o acesso à Zona Industrial, enquanto a construção da escola e do mercado permitiria o acesso aos alimentos e à educação, sem que tivessem de se deslocar para a *cidade central*. Esta área urbana era, pois, pensada como um núcleo independente.

Porém, o plano não se concretizou. As propostas não passaram disso mesmo. A escola foi construída noutra espaço e o mercado não passou de uma ideia.

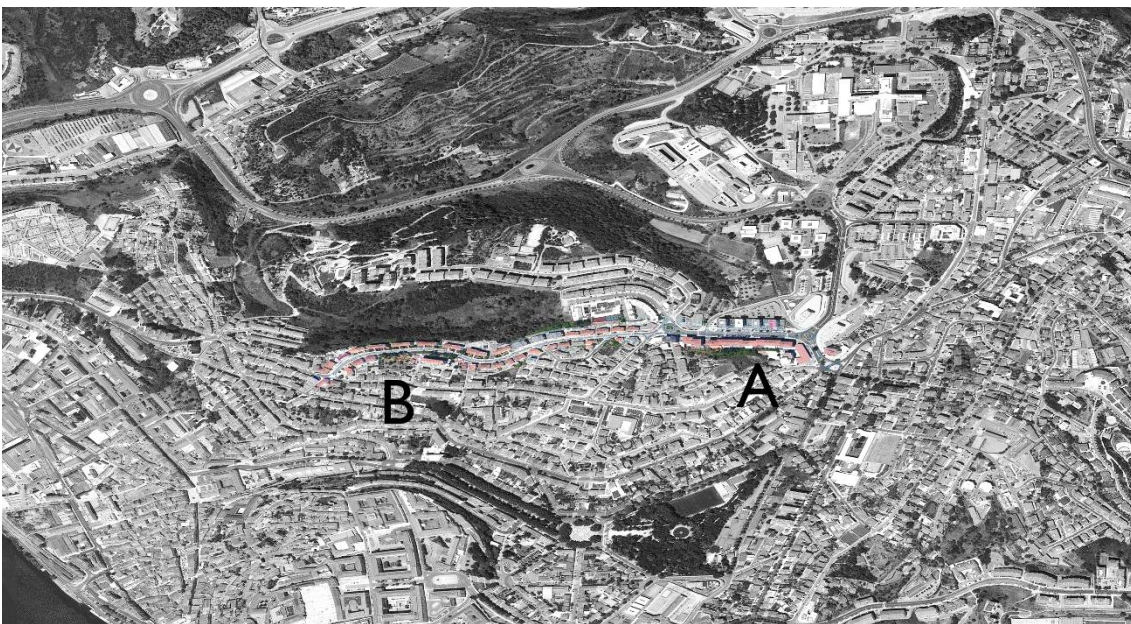


Figura 9. A-Avenida Calouste Gulbenkian. B-Rua Nicolau Chanterenne.

Lusitano dos Santos refere que o maior entrave para seguir as linhas directoras do plano prendia-se, sobretudo, com o modelo de ocupação territorial adoptado. O conceito de cidade-jardim não se encaixava na morfologia de Coimbra. Para que o plano fosse estruturador, era necessário que o município fosse o detentor da maior parte do território, mas as circunstâncias económicas não o possibilitavam.¹⁸

No entanto, entre a supressão de algumas ruas e o estreitamento ou alargamento de outras, várias foram as propostas que se reflectem na cidade. Com maior relevância, são as que originaram a Avenida Calouste Gulbenkian e a Rua Nicolau Chanterenne, assim como outros arruamentos que integram as propostas actuais. Como já referi, este plano não suportou o desenvolvimento urbano de uma forma estruturada, mas constitui um património urbanístico que foi sendo considerado nos sucessivos planos. Tanto a Avenida Calouste Gulbenkian como a Rua Nicolau Chanterenne acabaram por ser construídas, não durante a vigência deste plano mas já no contexto do plano seguinte, o Plano Regulador da Cidade de Coimbra, coordenado por Antão de Almeida Garrett.

A Rua Nicolau Chanterenne é resultado de um processo de loteamento da Quinta de Montes Claros. Requisitado o loteamento do terreno ao Gabinete de Urbanização em Dezembro de 1951, o proprietário foi obrigado a abrir um arruamento de forma a criar acessos para que o loteamento ficasse de acordo com o plano vigente. Mas como os edifícios começaram a ser construídos nas extremidades, a rua não foi logo construída. À medida que se erguiam edifícios construía-se também a rua, ligando por fim as duas parcelas inicialmente ocupadas.¹⁹

Deste tipo de casos, o exemplo mais curioso é o da *Avenida Central* proposta por Etienne de Gröer em 1940 e cujo traçado rompia a malha da Baixa, desde a Igreja de Santa Cruz até ao Rio Mondego. Ainda hoje, volvidos 70 anos, a sua concretização é, ainda, uma possibilidade. As últimas demolições foram feitas com o objectivo da realização da linha urbana do Metro Mondego. O propósito deste espaço tem-se vindo a alterar ao longo dos anos, hoje há vazios.

¹⁸ SANTOS, Lusitano dos Santos. Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra. 1983. Página 11.

¹⁹ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959. 1981.

Devido à falta de mecanismo com suporte jurídico, administrativo e técnico o plano só foi aprovado em Setembro de 1945 pelo Ministro das Obras Públicas Cancela de Abreu. O Conselho Superior de Obras Públicas referiu a indispensabilidade da criação de um Gabinete de Urbanização para orientar as obras de acordo com o plano e por isso devia ser Etienne de Gröer o responsável. Mas Etienne de Gröer deixava o projecto um ano mais tarde sem que se tivesse avançado com a urbanização, por exemplo, da Zona Industrial.²⁰

O quadro socioeconómico e jurídico não era favorável à execução de um plano de estruturação e expansão da cidade com os contornos que o plano desenvolvido por Etienne de Gröer apresentava. O seu princípio era a qualidade de vida, o espaço livre, o espaço verde e a vivência em família com base na ideia de moradias para todas as classes sociais. Esta ideia era impraticável, mas a ideia da casa individual deixou marcas na cidade.

2.3. Plano Regulador da Cidade de Coimbra. 1955.

Trata-se por assim dizer dum novo plano que necessariamente deverá ter em conta o antepiano do Arquitecto de Gröer no que deve ser mantido, mas que deverá ser francamente modificado.

Antão de Almeida Garrett.1953

Com base no Plano coordenado por Etienne de Gröer, o Plano coordenado por Almeida Garrett apontava a alteração do zonamento na procura de terrenos edificáveis de forma a aumentar o índice de construção. Ainda que aumentado o perímetro da cidade nuclear, que já abrangia Santa Clara, é frisada a importância de se assumir a identidade dos pequenos núcleos que se agregavam à *região central*.

A rigidez do *Regulamento do Antepiano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra* também se reflectiu no valor das rendas e no pequeno comércio que foi obrigado a sair das zonas residenciais. Concluía-se que era necessária e urgente uma revisão do plano.

²⁰ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959. 1981.

Nesse sentido a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização recomendava que se fizesse um estudo de revisão do Antepiano e é neste panorama que surge em Julho de 1953, com carácter de urgência, o nome do engenheiro Antão de Almeida Garrett.²¹

Na sua análise da cidade, Almeida Garrett referiu a importância, mais uma vez, da Universidade, pois era ela quem contribuía para a reputação da cidade. Um território de grandes colinas e vales, escasso em terrenos urbanizáveis, provocava o seu encarecimento. As zonas de extensão ainda não estavam delineadas e a ocupação prevista por Etienne de Gröer não era possível de concretizar. As extensões urbanas eram, de forma geral, de iniciativa privada. Nas colinas, a ocupação era maioritariamente residencial, Almeida Garrett destacava os bairros da Conchada, Celas, Santo António dos Olivais e Cumeada.

O estudo por ele realizado foi entregue faseadamente à Câmara Municipal de Coimbra. Como a ideia de concepção do plano era começar precisamente pela estruturação da cidade através do desenho de vias de comunicação, o primeiro documento, *Comunicações*, apresentado em Abril de 1954, visava a análise das soluções propostas por Etienne de Gröer para o melhoramento das comunicações da área de intervenção do plano.²²

Desta forma, traçadas as principais vias de comunicação, tanto regionais como internas, criava-se um quadro de zonamento e o respectivo *Regulamento*, entregue em Março de 1955. Ao contrário de Etienne de Gröer, Almeida Garrett apostava na estruturação da cidade para, a partir das possibilidades, ordenar o território, quer fosse para habitação, quer para indústria. O importante seria, antes de mais, ler o território e desta forma reservá-lo para aquilo a que este mais se adequava. Nesse contexto, o urbanista deixa de lado o conceito de cidade-jardim e adopta o *sentido de vizinhança*.²³

Na medida em que o plano teve uma forte componente estruturante, Almeida Garrett propunha uma grande circular – Circular Externa – que ligava os núcleos residenciais, partia de Coselhas, seguia pela Zona Industrial proposta, Celas, Santo António dos Olivais, Tovim, Calhabé e Portela.

²¹ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959.1981.

²² SANTOS, Lusitano. Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra. 1983.

²³ GARRETT, Antão de Almeida. Plano Regulador da Cidade de Coimbra. Memória Descritiva. II Parte – Organização das Unidades Residenciais. 1955.

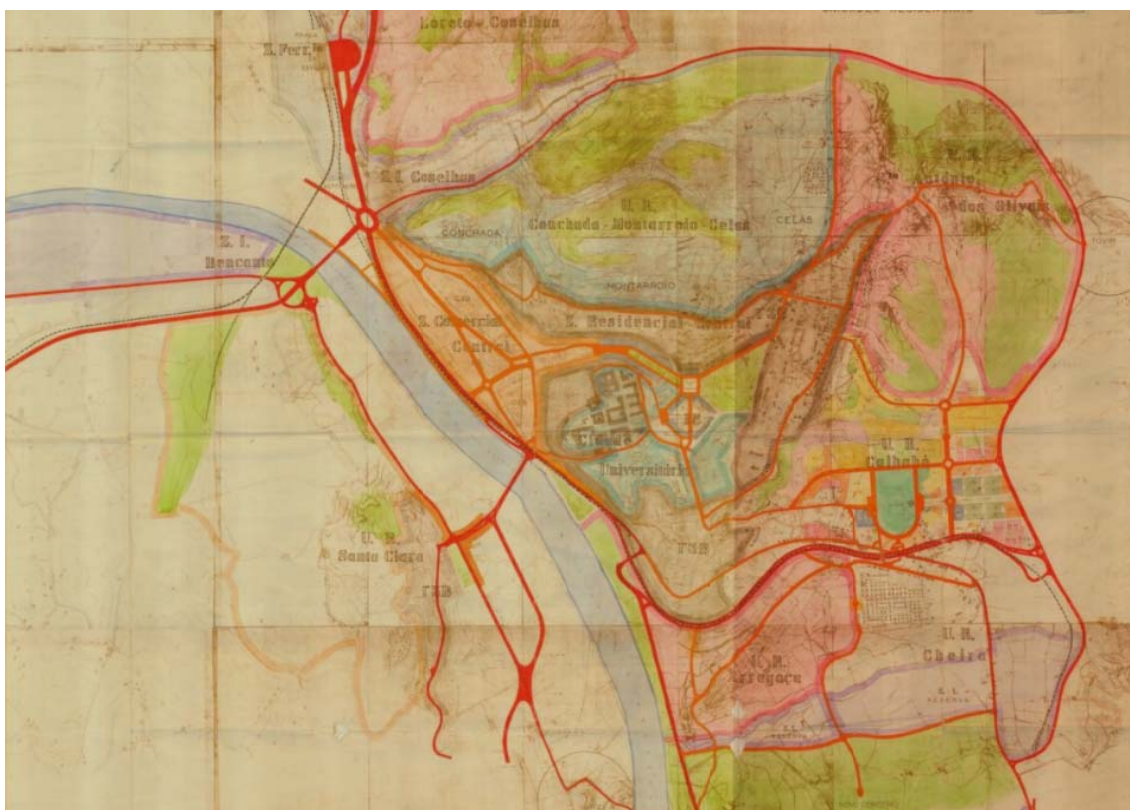


Figura 10. Plano Regulador da Cidade de Coimbra. 1955.

Para além de ligar os núcleos entre si também os ligava à Estação Ferroviária, à Estrada Porto-Lisboa, à Zona Industrial do Loreto para Sul e para Norte ligava à cidade central a partir da via proposta, desde a Avenida Fernão de Magalhães à Praça 8 de Maio, passando pela Rua Direita. As vias propostas juntavam-se numa praça de distribuição também proposta – Nó de Coselhas.

Estava assim montado um esquema que permitia uma franca ligação entre a habitação e as zonas industriais, bem como o escoamento dos produtos fabris de forma mais rápida, visto que a circular atravessava algumas das zonas industriais. Procurava-se também a criação de um centro de camionagem que estabelecesse relação com a Estação Ferroviária, apontada como um problema em Coimbra.

No seguimento da grande circular, partindo pelo Vale de Coselhas, propunha-se também estabelecer duas vias de acesso à zona alta: uma para a Conchada – Rua de Aveiro – e outra para Celas, não executada. Estas vias de penetração tinham por fim chegar à Rua Dr. António José de Almeida, que era então uma importante via de distribuição.²⁴

Entre outros problemas da cidade apontados por Almeida Garrett, contava-se o das Zonas de Extensão. Estas deveriam ter maior densidade que a prevista no plano anterior e a sua urbanização devia ser feita apenas em terrenos propícios a esse fim. Nesta perspectiva eram previstas sete zonas de extensão que rejeitavam, à partida, áreas cuja urbanização era impossível de realizar devido à morfologia do terreno.

A cidade era dividida, como refere Almeida Garrett, entre *Região Central* e a *Região das Extensões*. O plano integrava Santa Clara na *Região Central*, que era uma área urbana composta pela *Zona Comercial Central*, *Zona Residencial Central*, *Cidade Universitária* (velha cidade), *Zona Comercial* e *Zona Residencial* de Santa Clara.

²⁴GARRETT, Antão de Almeida. Plano Regulador da Cidade de Coimbra. Comunicações. IX – Exame destas Condições e das Condições Actuais.1954.

Assiste-se assim ao aumento do perímetro da cidade nuclear e, à sua volta, se previam, ainda com pouca densidade de construção, as Unidades Residenciais de Extensão, Zonas industriais, Ferroviárias e Portuárias.²⁵

Através da racionalização do espaço aumentou-se a área de expansão. Celas estava inserida na Unidade Residencial Conchada – Montarroio – Celas que correspondia à Extensão Nordeste proposta por Etienne de Gröer. Nestas áreas era apenas admitida a construção de residências, aumentando a densidade habitacional para o dobro em algumas zonas.

Esse aumento era proporcionado pelo índice de construção, no entanto, mantinha-se o conceito da habitação particular com jardim frontal e logradouro no tardo. Mas, ao contrário do plano anterior, todas as classes sociais deveriam viver próximas umas das outras de forma a diluir as diferenças. Assim, o conceito da organização das Unidades Residenciais prendia-se com o *sentido da vizinhança* referido, e que Almeida Garrett já tinha experimentado na cidade do Porto.

É frisada pelo autor a importância de manter a identidade de cada unidade, mesmo no caso de se juntarem pequenos agrupamentos. O conceito prendia-se com as relações sociais que se objectivava criar e manter através de serviços e equipamentos como o talho, a farmácia, o cinema ou a escola que funcionavam como âncoras sociais.

Este plano apontou um conjunto de problemas de gestão urbanística e propôs por isso alguns princípios concretos como a obrigatoriedade de estudar e elaborar planos das diferentes zonas, de forma a controlar as actividades da iniciativa privada. Até então, os proprietários dos terrenos definiam os arruamentos e loteamentos das respectivas propriedades. Resultava assim no descontrolo total do município.²⁶

Este plano pode ser considerado como o primeiro que efectivamente orientou o desenvolvimento urbano, dado os reflexos que teve em Coimbra. A sua maior marca foi o sistema viário proposto que ao longo dos anos vem sendo construído. É por isso, um legado directo do Plano Regulador.

²⁵ Plano Regulador da cidade de Coimbra. Memória Descritiva. II Parte – Zonamento.1955.

²⁶ SANTOS, Lusitano. Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra. 1983.

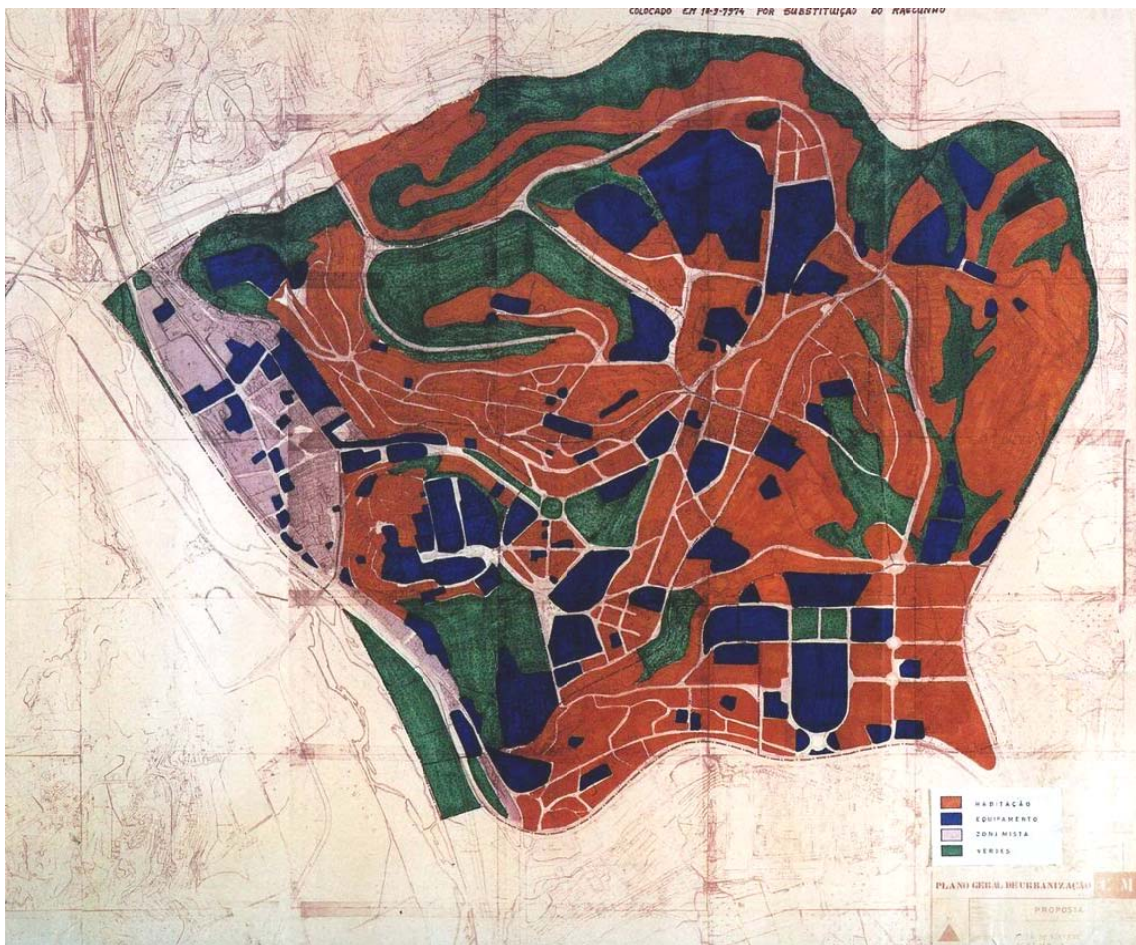


Figura 11. Plano de Urbanização de Coimbra. 1970.

2.4. Planos de Urbanização de Coimbra. Após 1970.

A Cidade está viva e transforma-se. Está permanentemente a ser recriada. Destrói uma imagem e cria uma nova. É esta responsabilidade de recriar que pertence a cada geração.

Costa Lobo. 1983

A alteração dos paradigmas da gestão territorial implicou uma maior área de operação. A partir da cidade começa-se a pensar a região. Delineiam-se estratégias. A actividade ganhou novo corpo com explícita necessidade de integrar uma equipa de técnicos de forma permanente no município. O planeamento assume-se como um instrumento de gestão.

A este novo aumento do perímetro da cidade central soma-se o aumento do índice de construção e Conchada, Montarroio, Montes Claros, Celas, etc., são inseridos no núcleo central da cidade.

Elaborado pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Coimbra e coordenado pelo Engenheiro Costa Lobo, o Plano de Urbanização de Coimbra de 1974 tem por base o Plano de Urbanização de Coimbra, Ordenamento do Concelho de 1970 que traçava as linhas mestras de um conjunto de normas e directrizes ajustadas à realidade de Coimbra e do Concelho.

Surge nesta década uma nova escala de planeamento, mas à data do plano ainda não havia suporte legal para a sua aprovação. Só após o 25 de Abril é que os planos à escala do concelho tiveram cobertura jurídica com a Lei n.º 79/77 e a Lei n.º 208/82, respectivamente, Lei das Autarquias Locais que lhes atribuía uma série de competências e a lei que estabeleceu o quadro regulamentador dos PDM. Ainda assim, o plano nunca foi aprovado enquanto plano de concelho. No entanto, serviu de elemento-base para a revisão do anterior. Volviam já 20 anos.

O Plano de Urbanização assentava em conceitos muito diferentes dos planos anteriores. O objectivo passava pela criação de um instrumento de gestão cuja actividade deveria ser contínua e integrar permanentemente uma equipa do município.

O controlo da expansão urbana resultante da iniciativa privada e o controlo das iniciativas públicas eram formas de gerir o município.

Reunidas as condições de gestão, objectivava-se também a melhoria das condições de vida da população e o fomento do crescimento da cidade em termos económicos, fortalecendo-a como capital regional.²⁷

Para isso, foi proposta uma nova organização do território e respectivo zonamento. A cidade crescia em várias direcções, aumentando o perímetro urbano. Santo António dos Olivais, Santa Clara, São Martinho do Bispo, Eiras, São Paulo de Frades, Ribeira de Frades e Taveiro faziam parte da área de intervenção do plano. A par do crescimento territorial, também o núcleo central foi admitindo áreas que anteriormente eram consideradas freguesias rurais. A grande malha central da área urbana, Malha N.º 1, como era designada no plano, era constituída pela Alta, Baixa, Montes Claros, Montarroio, Santa Cruz, Celas, Olivais, Tovim, Lóios, Estádio e Combatentes, onde era proposto o aumento do índice de ocupação. Neste sentido, a ideia de uma moradia por família foi excluída.

Este período ficou caracterizado pelo estudo de diferentes vias de comunicação que se reflectem nos planos anteriores e se projectaram no plano seguinte. O seu carácter estratégico não tem antecedentes na cidade de Coimbra mas reflecte-se no PDM que se começava a delinear pelas novas legislações.

O Plano Director Municipal foi provado pela Assembleia Municipal de Coimbra em 23 de Novembro de 1993 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º24/94, de 10 de Fevereiro, publicada no Diário da República, I Série B, nº 94, de 22 de Abril de 1994.

No seguimento da realização do Plano Director Municipal de Coimbra, foram criados outros instrumentos importantes para estruturar o crescimento da cidade, nomeadamente o Regulamento Municipal de Edificações e Urbanizações e o Regulamento de Taxas Municipais.

O objectivo do PDM era, para além de orientar e disciplinar as iniciativas públicas e privadas de intervenção no território municipal, hierarquizar as intervenções na cidade.

²⁷SANTOS, Lusitano. Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra. 1983.

De acordo com a edição *Urbanismo Coimbra Anos 90*, a ocupação territorial estava feita de forma dispersa, sem articulação com o envolvente e de fraca qualidade, o que dificultava a distinção entre o espaço dito urbano e o espaço dito rural. Para além disto, são apontados problemas de circulação, reduzidas áreas de lazer e distanciamento entre os habitantes. Pese embora os 18 anos decorridos desde o início da sua vigência, estes problemas mantêm-se.

Neste sentido foram estabelecidas estratégias para superar os problemas identificados e estudada a forma de melhorar a rede viária de modo a estruturar a cidade.

A Circular Externa foi a estrutura dinamizadora de um conjunto de acções. Como já existiam troços construídos, foi com eles que se planeou a restante circular, unindo as duas margens do Rio Mondego. Novas vias propostas asseguravam a abrangência de uma maior área, como a ligação a Taveiro a partir da Via Rápida de Bencanta e a ligação Norte à Pedrulha. Uma outra rede interna ligada à Circular Externa, dividia-se em ligações à Alta e à Baixa. Na Zona Alta eram previstas vias de acesso abrangendo a Rua dos Combatentes, Praça da Republica, Conchada e Celas. Na Zona Baixa eram previstas vias de acesso ao longo do Rio Mondego, Rua do Brasil, Sólum e Vale das Flores.

Com o objectivo de diminuir o fluxo automóvel no centro da cidade era essencial providenciar opções de transportes públicos e a criação de estacionamento na periferia, junto da Circular Externa, que resultou no sistema EcoVia entretanto extinto. A par com esta necessidade era proposto o metro ligeiro de superfície, em construção actualmente, mas com muitas indefinições no que diz respeito à sua concretização.

À semelhança das áreas de expansão propostas nos planos anteriores, era também proposto a promoção de urbanizações junto à Circular Externa: Bairro da Rosa, colina a Norte do Vale Meão, Quinta de São Jerónimo/Vale dos Tovins, Sólum Sul, Vale das Flores e Quinta da Várzea/Quinta das Lágrimas.

Algumas destas áreas para urbanizar, ao contrário daquilo que anteriormente se tinha praticado, não eram no topo das colinas, mas pelo contrário, nas próprias colinas, de forma a consolidar a mancha urbanizada.

Em crescente expansão estava Celas. Uma antiga área rural tornava-se uma das zonas mais favoráveis para expansão, na medida em que já possuía infra-estruturas e equipamentos. Para além do mais, possuía também terreno livre, como ainda hoje possui.

Descrita como um “...*centro importante de serviços...*” que reunia os Hospitais da Universidade, o Pólo III que já se previa e o comércio e serviços instalados ao longo da Avenida Calouste Gulbenkian foi um grande impulsionador do investimento público e privado. Por causa de um exponencial crescimento, era importante estabelecer estratégias, procurando melhorar o espaço público. Era importante trazer para a rua o habitante.²⁸

Estas acções prendiam-se com a revitalização de alguns núcleos urbanos, mas como a ocupação do território aconteceu de uma forma tão dispersa, tinham-se criado demasiados núcleos descaracterizados resultado dos sucessivos zonamentos. Previa-se, assim, a hierarquização dos diferentes núcleos através do desenvolvimento de alguns, dotando-os de espaços públicos e equipamentos.

Nos últimos 18 anos o Plano Director Municipal veio sofrendo diversas alterações, encontrando-se actualmente em processo de revisão, juntamente com a elaboração do Plano Estratégico – entretanto concluído – e do Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra. No que diz respeito ao planeamento urbanístico de Coimbra, há um défice claro da escala de pormenor, visto que o primeiro plano de pormenor data de 2011 – Parque Tecnológico de Coimbra.

²⁸ Câmara Municipal de Coimbra. Urbanismo. Coimbra Anos 90. Página. 19.

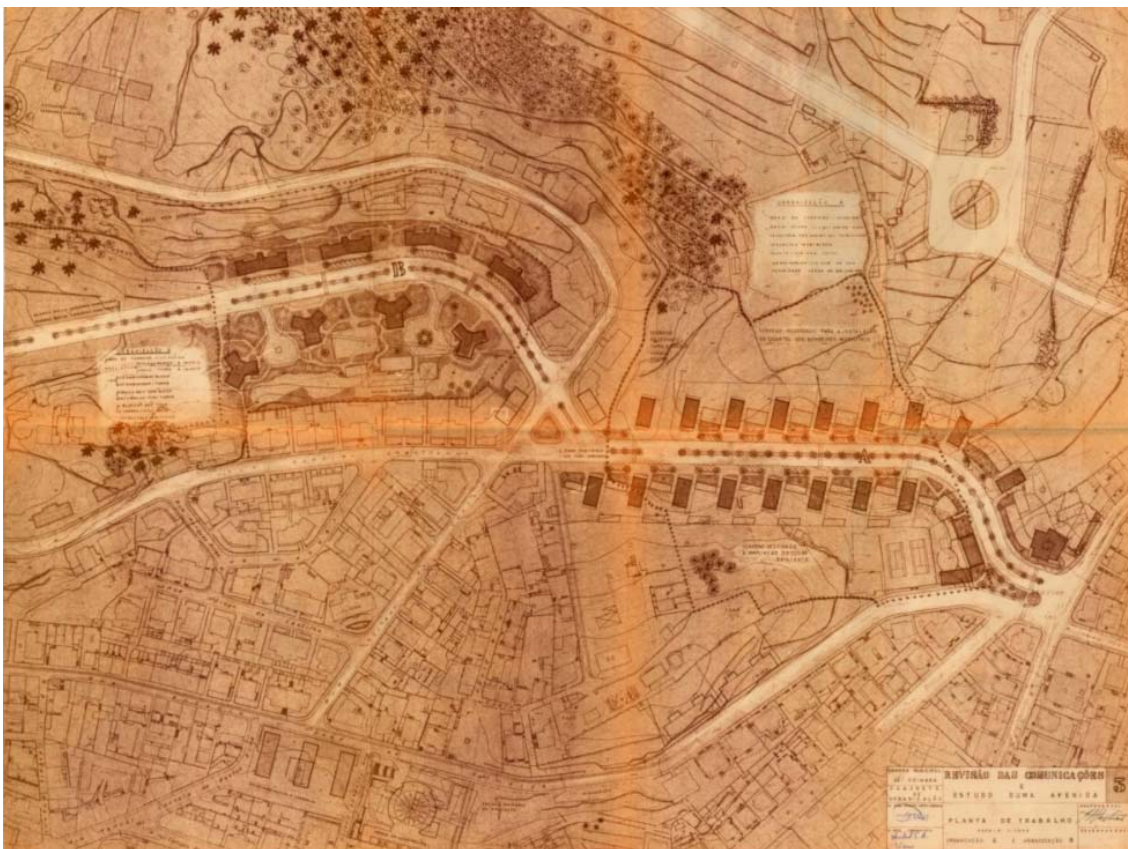


Figura 12. Revisão da Comunicações e Estudo duma Avenida. 1965.

2.5 A Avenida.

Por detrás da abertura da Avenida Calouste Gulbenkian há uma narrativa que atravessa vários planos, o arruamento resultou de um conjunto de circunstâncias que contribuíram para uma obra parcialmente construída.

O Largo da Cruz de Celas já era um ponto de distribuição consolidado. A Rua António José de Almeida, a Rua Nicolau Chanterenne, juntamente com a Rua de Aveiro, formava um importante eixo que ligava as áreas Norte de Coimbra à praça de distribuição de Coselhas.

A Rua Nicolau Chanterenne, como referi, é resultado de um processo de loteamento, um arruamento de acesso ao edificado e a Rua de Aveiro, proposta no Plano Regulador, integrava a rede de distribuição, ligando as diferentes cotas.

Contudo, a primeira referência à abertura do arruamento entre a Rua Nicolau Chanterenne e o Largo da Cruz de Celas – Avenida Calouste Gulbenkian –, de Março de 1959, diz respeito ao interesse da Comissão Cultural e da Comissão de Arte e Arqueologia para se construir a Biblioteca Municipal numa das frentes da avenida.²⁹

Porém, a sua ocupação já se encontrava destinada à construção do Quartel dos Bombeiros Municipais que também exigiam novas instalações.

Revisão das Comunicações e Estudo duma Avenida foi o primeiro estudo urbanístico elaborado com o propósito de estruturar a ligação do Largo da Cruz da Celas com a Rua Nicolau Chanterenne, apresentado em Julho de 1965 pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Coimbra. Este estudo, integrado no Plano Regulador da Cidade de Coimbra, fazia parte das propostas para as *vias-base* planeadas por Antão de Almeida Garrett: Circular Externa e Circular Interna. A nova avenida deveria integrar esta estrutura viária para resolver alguns problemas de congestionamento interno.³⁰

²⁹ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959. 1981.

³⁰ Câmara Municipal de Coimbra. VIEIRA, Aníbal. Revisão das Comunicações e Estudo duma Avenida. Julho de 1965.



Figura 13. Revisão da Comunicações e Estudo de uma Avenida. 1965.

É citado no *Relatório* do estudo uma crítica de um órgão da imprensa local que se referia a Coimbra como uma “... cidade fechada por sete cancelas...”.³¹ As vias estavam já previstas, mas ainda não estavam estudadas. Com a crescente construção e ocupação territorial a estrutura viária existente não era o suficiente. Para além das vias de circulação no perímetro exterior da cidade, era fundamental a criação de vias de penetração.

A Avenida Calouste Gulbenkian não seria apenas a ligação do Largo de Cruz de Celas ao Nó de Coselhas, mas também “...a ligação lógica duma futura via radial ...”³² que ligava à Circular Interna e consequentemente à Circular Externa. Como este novo arruamento tinha franca ligação com as circulares, obrigava a ter um perfil adequado às suas exigências.

A avenida partia do Largo da Cruz de Celas e ia ao encontro da Rua Nicolau Chanterenne e dali seguia pelo Vale Meão em direcção ao Vale de Coselhas, onde se juntava à Circular Interna e por último à Circular Externa.

A acompanhar o perfil da rua, a proposta para o edificado assumia maior índice de ocupação, uma forma de potenciar o investimento. Apesar de haver projectos de loteamento aprovados na Câmara Municipal para aqueles terrenos, foram propostas duas urbanizações, A e B, que previam um melhor aproveitamento do espaço. Os edifícios propostos chegavam aos 9 pisos numa zona em que o Plano Regulador apenas admitia 5 pisos.

A Urbanização A, implantada desde o Largo da Cruz de Celas até ao início da Rua Nicolau Chanterenne, era marcada por uma torre que iniciava a mudança de escala. A partir daquele ponto, a escala da cidade sofria um ajuste a outra realidade e deixava para trás a velha paisagem. Os novos edifícios, em banda, criavam um ritmo ao longo da avenida através de torres com diferentes cérceas. Os pisos térreos eram ocupados por garagens e espaços comerciais.

³¹Câmara Municipal de Coimbra. VIEIRA, Aníbal. Revisão das Comunicações e Estudo duma Avenida. Julho de 1965. Página 1.

³²Câmara Municipal de Coimbra. VIEIRA, Aníbal. Revisão das Comunicações e Estudo duma Avenida. Julho de 1965. Página 2.

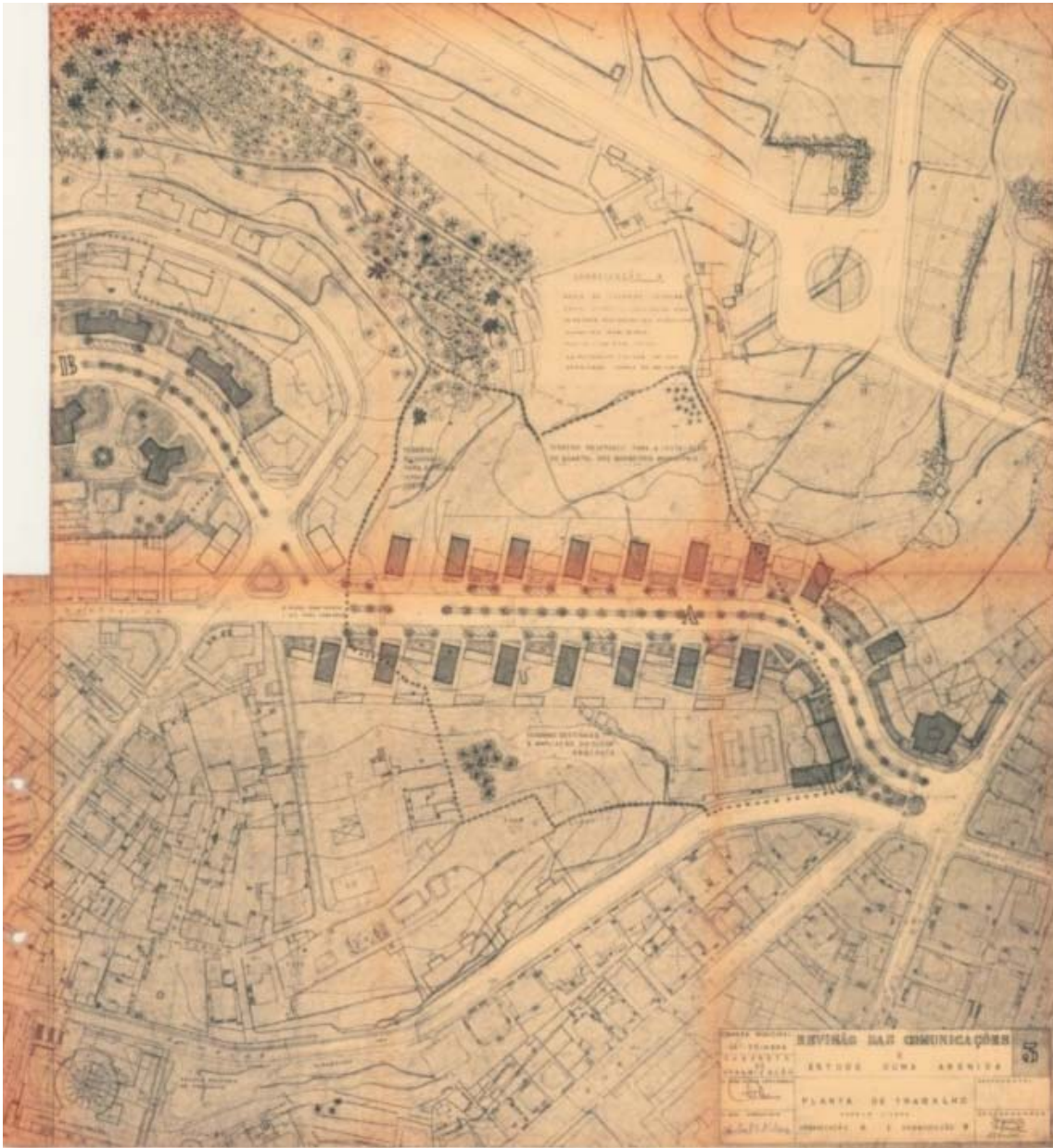


Figura 14. Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne até Celas. 1966.

A Urbanização B, implantada no Vale Meão, desde o encontro da nova avenida com a Rua Nicolau Chanterenne, tinha uma configuração diferente porque o terreno, ao contrário do anterior, era acidentado. Face a esta condição, os edifícios apareciam isolados, preservando alguma área verde envolvente e espaços para a instalação de equipamentos que se previam: creche, escola e mercado. Tal como na primeira, o piso térreo seria ocupado tanto por garagens como por espaços comerciais de forma a rentabilizar o investimento privado.

Uma zona residencial, tanto pela sua ocupação como pelo cunho dos planos de urbanização, abrangia alguns serviços que, além de coexistirem sem criar qualquer tipo de incómodo para os residentes, eram uma mais-valia para os moradores e para a cidade. Construído estava o colégio, a igreja, o seminário, a clínica Montes Claros, clubes recreativos e desportivos e algum comércio. Em estudo encontrava-se a construção de uma igreja, um mercado, escolas e o Quartel de Bombeiros Municipais.

No ano seguinte, em Junho de 1966, este estudo urbanístico é apresentado de outra forma e poderá ter sido a partir deste momento que a Avenida Calouste Gulbenkian se resumiu ao troço actual, sem o prolongamento até Coselhas. *Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne até Celas* era o novo plano. Como o anterior era mais ambicioso e envolvia mais estudos e mais custos, a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização ainda não tinha dado o parecer. Reduzindo o plano ao atravessamento desde o Largo da Cruz de Celas à Rua Nicolau Chanterenne, a aprovação seria mais rápida.³³

Na *Memória Descritiva* é referida a urgência na abertura do arruamento para resolver “...problemas de esgotos e de transportes colectivos ...”, mas a construção dos edifícios era inevitável porque era uma mais-valia e uma forma de recuperar o investimento público.³⁴

Volvidos 4 anos, em resposta às considerações feitas, o novo projecto de urbanização da Avenida Calouste Gulbenkian, apresentava nova solução para o Largo da Cruz de Celas, assim como uma nova proposta de implantação dos edifícios que marginavam a rua

³³ Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne até Celas. Câmara Municipal de Coimbra. Arquitecto Aníbal Vieira. 1966.

³⁴Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne. Memória Descritiva. Arquitecto Armando Tavares Alves Martins. 1966. Página 1.

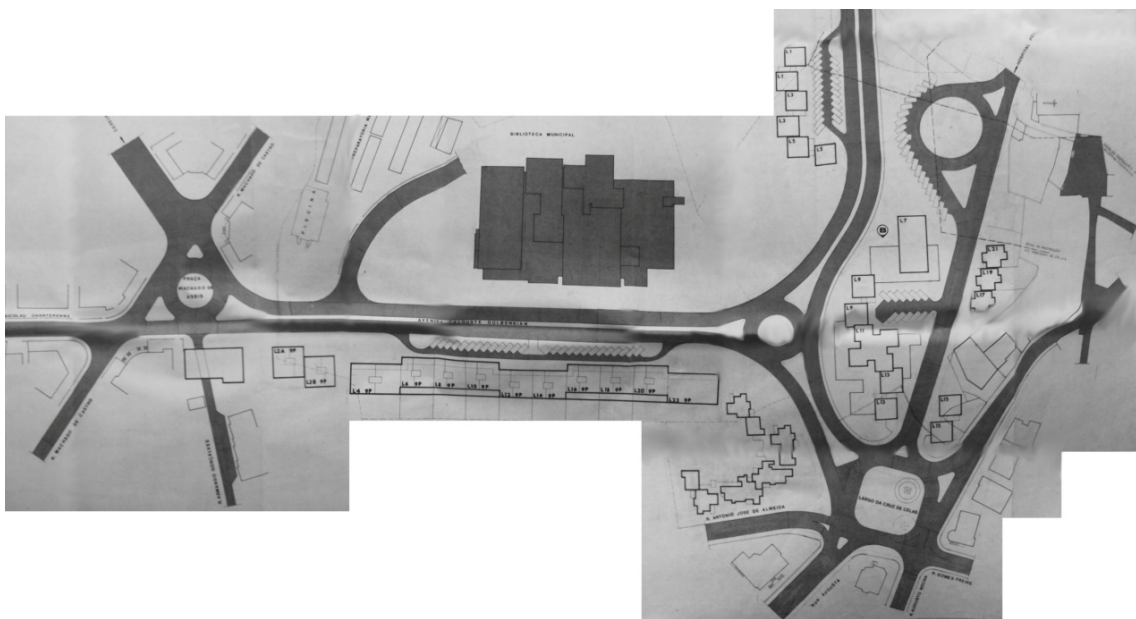


Figura 15. Plano do Conjunto do Largo da Cruz de Celas – Estudo Urbano.

porque a “... *topografia do terreno assim o indicava ...*” e se visava também outro “...*interesse estético ...*”. No terreno a Norte da Avenida, os edifícios de habitação eram substituídos por um edifício para a Biblioteca Municipal de Coimbra que tanto se exigia. Meses depois, estava concluído o *Plano do Conjunto do Largo da Cruz de Celas – Estudo Urbanístico (Aditamento)*.

A análise da formação da Avenida Calouste Gulbenkian associou-se também com a análise do projecto da Biblioteca Municipal de Coimbra e estudos para o Largo de Celas. Promovida a abertura do arruamento pela Comissão Cultural e pela Comissão de Arte e Arqueologia para a construção de um edifício de raiz para a biblioteca, foi possível perceber como surgiram alguns dos edifícios que hoje ladeiam a avenida.

Na *Informação Crítica da Memória Descritiva do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Coimbra*, relativa à localização da Biblioteca Municipal, de Agosto de 1970, lê-se que a escolha do local para implantação da biblioteca prendia-se a vários factores, nomeadamente a identificação, a partir de uma estatística, de quem eram os frequentadores da biblioteca, onde estes residiam e onde trabalhavam. Nesse sentido, foi esboçada uma área de maior influência que tinha como eixo central uma linha que percorria a Praça 8 de Maio até Santo António dos Olivais pela Avenida Sá da Bandeira, Praça da República, Rua Lourenço de Almeida Azevedo, Rua Dr. Augusto Rocha, Cruz de Celas e Rua Bernardo de Albuquerque.

Assim, de entre 11 locais possíveis, era junto do Largo da Cruz de Celas, no terreno camarário da Avenida Calouste Gulbenkian, que a implantação parecia mais indicada porque estava próximo do eixo da área de maior influência, tinha área suficiente para expansão futura e porque o acesso era facilitado pelos transportes públicos.

Na *Memória Descritiva do Anteprojecto da Biblioteca Municipal de Coimbra* que data de Julho de 1973, é referida a ambição em dominar o lado Norte da avenida. O edifício integrar-se-ia isoladamente no centro do terreno que tinha acentuadas pendentes. O local era descrito como “... *embora central, paradoxalmente é de expansão...*”. Para além de bons acessos e algum equipamento colectivo, estava já prevista a construção do Hospital Pediátrico de Coimbra e dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nesse sentido os acessos figuram nas plantas.



Figura 16. Eixo Central – Utilizadores da Biblioteca Municipal

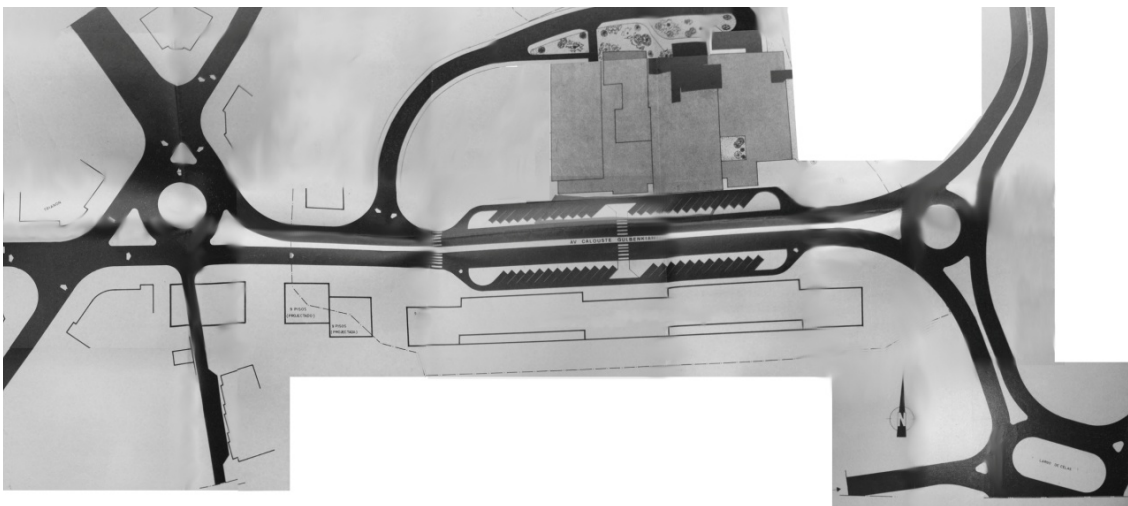


Figura 17. Projecto da Biblioteca Municipal de Coimbra.

No ano seguinte é apresentado o *Projecto da Biblioteca Municipal de Coimbra* com algumas alterações, mas ainda com o intuito da sua construção ser feita na avenida.

Porque se projectava para ali a Biblioteca Municipal adoptou-se o nome do benfeitor da fundação que patrocinava a obra. Mas tanto a Comissão Cultural como a Comissão de Arte e Arqueologia foram sempre pressionando a Câmara Municipal durante este período para construir a Biblioteca Municipal no local que ocupa actualmente na Rua Pedro Monteiro.

A Avenida Calouste Gulbenkian ainda que planeada de uma forma integrada não foi construída segundo esse plano. Este arruamento completava uma peça estruturante da cidade que permitia a sua urbanização. No entanto, ainda que, com outro desenho, o arruamento ainda hoje faz parte das propostas da Câmara Municipal.

Alguns dos traçados dos planos anteriores continuam a reflectir-se nas propostas actuais, mas qual o sentido dos arruamentos hoje? Trata-se de uma inércia que não permite a consolidação, dada a falta de uma estratégia. Qual o papel de um plano com mais de 70 anos após as modificações urbanas sofridas durante este período?

3.SWOT

O Plano Estratégico de Coimbra reflecte algumas linhas orientadoras do PNPOT e, nesse sentido, a proposta que a seguir apresento estrutura-se segundo os objectivos estabelecidos para a cidade que incidem no instrumento de gestão superior.

A hegemonia que a Coimbra detém na Região Centro deve-se, na maior parte, aos serviços concentrados na cidade, particularmente no domínio da saúde e do ensino, apresentando-se como uma potencialidade face a Lisboa e ao Porto, as duas grandes metrópoles nacionais.

Celas reúne as duas valências: o ensino superior e a prestação de serviços e cuidados de saúde. Na óptica de revitalizar a Avenida Calouste Gulbenkian e o comércio, estruturo o conceito de *cluster de saúde*, definindo desta forma as diferentes funções.

A Avenida afirma-se assim, como um espaço de habitação, comércio, restauração e serviços enquanto suporte do conjunto proposto que integra o *cluster de saúde* que reúne investigação e prestação de cuidados de saúde em estreita relação com o Pólo III e os Hospitais da Universidade de Coimbra.

A partir destes pressupostos ensaio a revitalização da Avenida Calouste Gulbenkian através da requalificação do espaço público e da definição de uma nova imagem do edificado, procurando criar um novo centro de identidade. Com esta proposta, objectivo a revitalização do comércio e a estruturação de um pólo que se pretende formal. Não procuro criar um ícone como é proposto no Plano de Urbanização de Coimbra relativamente a este mesmo programa funcional, mas sim estruturar uma âncora que acorrente vários usos e vários edifícios da zona de Celas, de modo a constituir um agregado coerente. Respondendo à multiplicidade de programas, medidas e instrumentos de actuação que assentam no crescimento da *cidade*.

Celas denuncia, por si só, uma aposta na saúde. Porém, falta a estratégia.

3.1. Plano Estratégico de Coimbra. 2009

Coimbra 2018, a Afirmação da Centralidade.

PEC. 2009

O Plano Estratégico de Coimbra, apresentado em 2009, é composto pelo Documento Base e pelo Documento Complementar que apontam as directrizes que o planeamento da cidade deve seguir até 2018.

As características expostas no Documento Base descrevem o potencial de Coimbra, tanto no contexto nacional como no ibérico. Mostra-se essencial para a consolidação da estratégia o desenvolvimento de pontos de interesse capazes de atrair investimento privado para densificar o parque empresarial.

Potencial é, contudo, o conceito usado para caracterizar a perspectiva global de Coimbra. Esse dito potencial diz respeito às capacidades da cidade em se afirmar a nível europeu porque soma ao seu legado histórico e, por isso, ao seu potencial turístico, recursos humanos e tecnológicos de excelência.

É exemplo deste potencial o facto de Coimbra ser uma referência na Oftalmologia, Cardiologia, Imagiologia, Biotecnologia Molecular e Informática Médica. Nesse sentido, devido à elevada concentração de serviços públicos e privados de saúde, origina diariamente um grande número de movimentos pendulares, como já referido.

Mas, apesar da sua *excelência*, estas ofertas não têm a capacidade de reter o capital humano formado na Universidade de Coimbra. Assim, é necessária a criação de condições para a fixação de empreendimentos capazes de reter o capital humano de formação superior, através da criação de espaços que conduzam ao investimento privado. Exemplos disso, no contexto regional, são os parques tecnológicos Biocant, Tecnopolo, iParque, pólos laboratoriais IBILI, AIBILI e Centro de Cirurgia Cardiotorácica.

Contudo, tanto os serviços públicos e privados de saúde como os pólos de investigação, não integram uma rede viária coesa, pelo que é fundamental a reestruturação das vias internas e externas da cidade. A solução apresentada no Plano Estratégico passa pela criação da Gare Intermodal e por uma linha mais abrangente do Metro Mondego.

Desta forma, as comunicações dividem-se em duas escalas: circulação inter-cidades e a circulação em Coimbra, através de uma praça central – Gare Intermodal –, diminuindo assim a utilização do transporte privado.

Quanto mais abrangente for o circuito do Metro do Mondego, mais utentes servirá. Nesse sentido, é proposto no Plano Estratégico de Coimbra que as linhas contemplem a nova Gare Intermodal, a Margem Esquerda, Cernache, Pólo II, Pólo III, Eiras e Pedrulha. Desta forma, é criado também um meio capaz de integrar alguns dos diferentes pólos funcionais, interligando-os de forma a criar um território mais coeso. Porque o desenvolvimento territorial assentou em equipamentos âncora dispersos por um perímetro urbano excessivo, resulta agora num tecido fragmentado em núcleos, na sua maioria, de carácter funcional.

Em consequência dessa ocupação, surgiram e surgem problemas específicos que contribuíram para a desagregação do território.

Os exemplos mais significativos, aqueles que representam alguns dos problemas da cidade contemporânea, reflectem-se na ocupação difusa, em núcleos descaracterizados e em espaços intersticiais sobrantes sem finalidade aparente.

Em resposta a este problema, o Plano Estratégico de Coimbra propõe:

1. Recentrar a estrutura urbana em torno do Rio Mondego;
2. Recuperar o Centro Histórico;
3. Reconverter antigas áreas industriais;
4. Apostar na reabilitação em detrimento da construção de novos edifícios.

São apontados princípios de planeamento que visam assegurar o crescimento controlado da cidade através do equilíbrio entre áreas vazias e áreas densamente construídas, tal como o PNPOP estabelece nos seus objectivos estratégicos. Mas, nesta perspectiva, parece-me sobejamente imprescindível o estudo exaustivo da ocupação da cidade de forma a maximizar o espaço. Pois continua a existir um conjunto de áreas que não são afectadas por estas linhas estratégicas e que reclamam, também elas, uma estratégia para a consolidação da malha urbana. No entanto, alguns vazios urbanos são apontados, *à priori*, como vazios de intervenção urgente, dado o impacto que causam na cidade.

São grandes áreas e que há muito tempo urgem em ser, por fim, planeadas: Guarda Inglesa, Zona Industrial da Pedrulha, Vale de Coselhas, Vale da Arregaça, conjunto da Penitenciária e Quartel de Santana e, por último, as *Portas da Cidade*. No entanto, como referi, restam espaços intersticiais que o Plano Estratégico de Coimbra destina para a construção de espaços verdes de aproximação, ou seja, jardins. Mas, os vazios urbanos podem trazer mais-valias à cidade se não forem simplesmente transformados em espaços verdes, mas antes estudados de forma a densificar a urbe.

3.2. Coimbra. Celas.

Celas: Pólo das Ciências da Saúde.

PUC. 2007

A paisagem bucólica da colina coroada pela Universidade representa Coimbra, uma imagem que não precisa de ser alterada, apenas complementada.

A expansão da cidade criou vários pólos urbanos com melhores vias de comunicação, equipamentos e maior oferta habitacional, o que coincidiu com a desertificação, envelhecimento da população residente e inúmeros imóveis devolutos no Centro Histórico. Ainda assim, este espaço, com uma forte carga simbólica, continua a representar Coimbra. Tornou-se num espaço turístico que convida o visitante a percorrer as colinas até chegar ao topo, de onde se avista a cidade do outro lado do Mondego.

A importância do valor cultural representado pela Universidade de Coimbra justificou a apresentação da sua candidatura a património da humanidade da UNESCO.

Por questões de ordem prática, as instalações universitárias desdobraram-se no Pólo II e no Pólo III, em zonas de expansão. O Pólo III ocupou uma área estratégica, de forma a estabelecer novas conexões com os equipamentos construídos na envolvente. Este investimento contínuo da Universidade de Coimbra deve-se à sua reputação nacional e internacional e constitui um importante investimento que atrai novas parcerias, porque a Universidade é a primeira referência de Coimbra no mundo. O nível de formação médio dos habitantes e trabalhadores é elevado, acima da média nacional. Coimbra é uma incubadora de conhecimento prestigiada.

Celas, o Pólo das Ciências e da Saúde, tem sido desde a década de 30 a opção para a localização de equipamentos de prestação de serviços de saúde. Almeida Garrett referiu, em 1955, que em Coimbra “... têm grande relevo as clínicas a que acodem doentes de toda a parte...”.³⁵

O Mosteiro de Celas foi o primeiro espaço destinado a este fim. Foi transformado no Hospital Sanatório Anti-Tuberculoso de Coimbra em 1932.³⁶ Uma década mais tarde, em 1942³⁷, começou a construção dos Pavilhões de Celas de forma a descongestionar o Hospital da Universidade – Hospital Velho.

Em 1953³⁸, ano em que o Instituto Português de Oncologia foi instalado em Celas, começava a construção da Clínica de Montes Claros. Em 1977³⁹, o Hospital Sanatório Anti-Tuberculoso foi transformado no Hospital Pediátrico e só em 1987 foi inaugurado o Bloco Central dos Hospitais Universitários de Coimbra.

Porque era um planalto com espaço para futuras ampliações e os preços dos terrenos eram reduzidos, os Hospitais da Universidade de Coimbra foram construídos na zona Norte de Celas numa área ainda isolada, no centro do terreno sem estabelecer qualquer tipo de articulação com as áreas urbanas envolventes. Constituíam-se assim um novo centro na cidade que marcou profundamente o seu desenvolvimento e a sua panorâmica.

Posteriormente foram construídos a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Farmácia, os edifícios da IBILI e AIBILI e mais recentemente o Hospital Pediátrico de Coimbra, inaugurado em 2011. Constituiu-se assim o Pólo da Ciência e da Saúde – Celas.

Foi desta forma que se formou a identidade funcional deste núcleo, formando-se um centro de prestação de serviços de saúde, cuja área de influência vai para além da Península Ibérica. Por ser essa a sua característica mais relevante, é esse o factor de consolidação da visão de conjunto para Celas que desenvolvi nesta dissertação.

³⁵ GARRETT, Antão de Almeida. Plano Regulador da Cidade de Coimbra. Memória Descritiva – I Síntese da Cidade. 1955.

³⁶ FERREIRA, Carolina. Coimbra aos Pedacos. Uma Abordagem ao Espaço Urbano da Cidade. Coimbra 2007. Prova Final. FCTUC.

³⁷ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959. 1981.

³⁸ SILVA, Armando Carneiro da. Anais do Município de Coimbra 1940 – 1959. 1981.

³⁹ FERREIRA, Carolina. Coimbra aos Pedacos. Uma Abordagem ao Espaço Urbano da Cidade. Coimbra 2007. Prova Final. FCTUC.

Tendo em conta os movimentos pendulares provocados pelos serviços prestados e quedada a estrutura viária é importante relevar o facto de Celas ser uma porta da cidade. Por esta razão, Celas tornou-se num dos cartões-de-visita de Coimbra.

Também no Plano Estratégico da Cidade de Coimbra, como já referi, é proposta a criação de um *Cluster de Saúde*. Porém, o objectivo dessa proposta passa pela criação de uma nova centralidade em Eiras, numa área que actualmente reúne armazéns de comércio grossista e indústria. No entanto, há muito que Celas é um núcleo de saúde, nesse sentido impera a consolidação.

Os objectivos estratégicos do Plano, face a esta proposta, passam pelo desenvolvimento dos activos na saúde, densificação económica e regional assim como pela redefinição urbana da cidade. Criando desta forma um *Pólo de Excelência da Ciência, Educação e Investigação*, um *Território de Fixação de Pessoas e Empresas* e um *Centro de Referência na Saúde*.

Mas, apesar de ser um “*Espaço dotado de factores de excelência: capital humano e cultural, pólo científico e tecnológico, núcleo de saúde, elevada dotação de equipamentos e serviços de nível superior...*”, não existem meios, em Coimbra, para fixar esse capital humano, como referi, fazendo da cidade um ponto de passagem.⁴⁰

A atracção que a Universidade exerce sobre os jovens que procuram estudar no Ensino Superior é a primeira alavanca que potencia e gera o dito Capital Humano de uma forma cíclica, sendo necessária a criação de tecido empresarial capaz de absorver e fixar parte do conhecimento concebido.

Coimbra, enquanto Centro de Referência na Saúde, é o Projecto Estruturante do Plano Estratégico de Coimbra, porque envolve e promove outros objectivos além do centro de referência e impulsiona resultados a curto e longo prazo.⁴¹

O *Cluster de Saúde* potencia o conjunto de activos de saúde existentes em Coimbra, captando novos investimentos, proporcionando a fixação de pessoas e empresas. Desta forma, estreita-se a relação entre o Pólo do Ensino Superior e o novo tecido empresarial criado, investindo-se nos activos de I&D.

⁴⁰ Plano Estratégico de Coimbra. Documento Base. 2009. Página 10.

⁴¹ Plano Estratégico de Coimbra. Documento Base. 2009. Página 18.

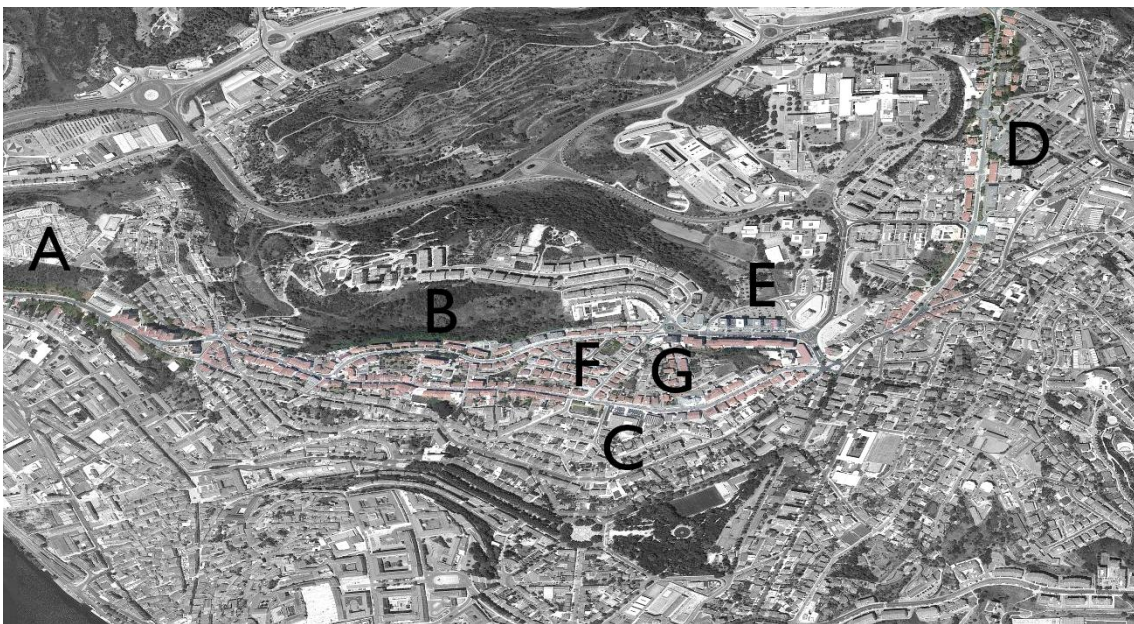


Figura 18. A-Rua de Aveiro. B-Rua Nicolau Chanterenne. C-Rua Dr. António José de Almeida. D-Avenida Bissaya Barreto. E-Avenida Calouste Gulbenkian. F-Rua Diogo Castilho. G-Rua José Pinto Loureiro.

E porque uma só função não se sustenta a si mesma, é necessária uma estrutura multifuncional capaz de suportar a função dominante. Desta forma, a habitação, o comércio, a restauração e a actividade hoteleira são impulsionados na área junto da zona de intervenção mas é uma sinergia que se propaga pela cidade, majorando a área de influência.

3.3. Estratégia para Celas

Os objectivos estratégicos e as intervenções que constituem o projecto da Avenida Calouste Gulbenkian e o planeamento das áreas contíguas foram estabelecidos com base na informação recolhida, através do levantamento de caracterização do edificado envolvente – estado de conservação, número de pisos e usos – das infra-estruturas e equipamentos que me permitiram perceber algumas das forças e fraquezas da área de intervenção.

Desta forma, no que diz respeito à topografia da área de intervenção, a condicionante mais problemática é a variação de cotas das várias colinas de Celas, o que dificulta a sua gestão devido às acentuadas pendentes que existem em algumas áreas.

Associada a esta característica soma-se uma segunda condicionante que dificulta, igualmente, a urbanização. Trata-se dos interiores de quarteirão, desocupados, marcados pelas traseiras dos edifícios que os conformam e onde as pendentes são mais acentuadas.

Contudo, importa referir que as vias que outrora rasgaram a Conchada, Montes Claros, Celas e Cumeada como a Rua de Aveiro, Rua Nicolau Chanterenne, Rua Dr. António José de Almeida, Avenida Bissaya Barreto e posteriormente, a Avenida Calouste Gulbenkian, passam em meia encosta. Este facto originou, de forma geral, ruas de uma só frente, arruamentos de acesso com forte pendente e vazios no interior destes. A falta de planeamento ou da execução dos estudos urbanísticos torna-se ainda mais evidente com o exemplo da Rua Diogo de Castilho que termina, pela impossibilidade de vencer a diferença de cotas. Deu origem a um espaço que se projecta sobre as traseiras de edifícios de habitação.

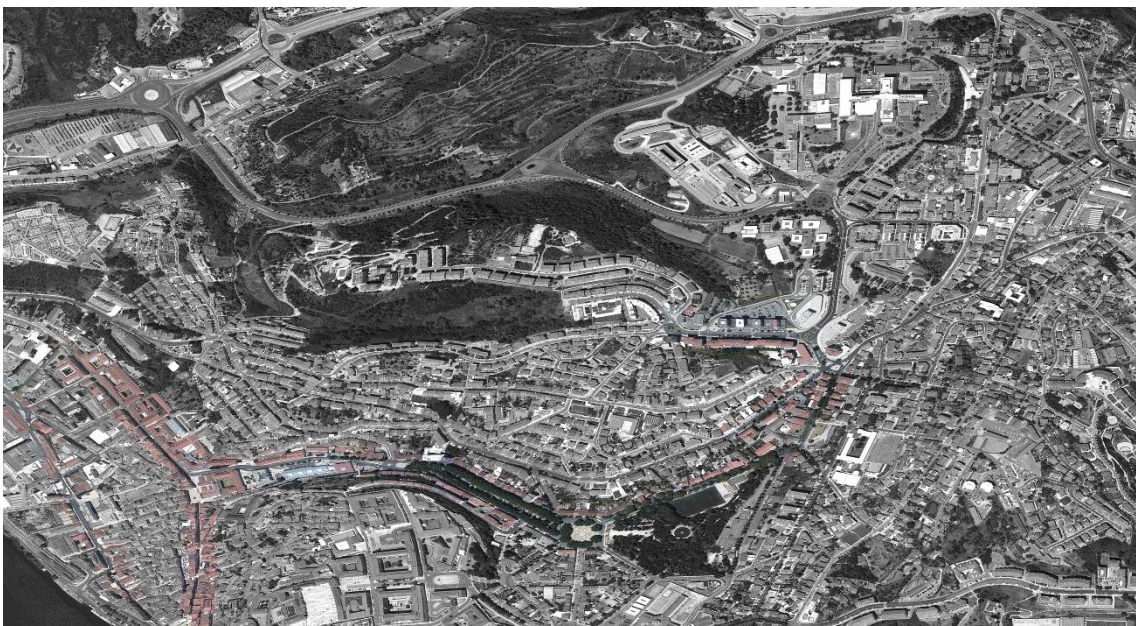


Figura 19. Eixos Funcionais.

Assim como a Rua José Pinto Loureiro que caracterizo como serventia num emaranhado de arruamentos que descosem o quarteirão onde as habitações sugerem alguma – ou completa – clandestinidade.

Trata-se de um traçado espontâneo de ruas estreitas e acentuadas pendentes que não eram mais que acessos a habitações mas que, ao longo do tempo, se tornaram atravessamentos, como é o caso da Rua Machado de Castro que foi posteriormente ligada à Rua Dr. António José de Almeida.

As vias mais recentes, como a Rua Costa Simões e a Alameda Armando Gonçalves que, juntamente com a Avenida Calouste Gulbenkian definem um quarteirão, não criaram relação entre as frentes de rua. Além disso, a falta de hierarquização de vias provocou um corte destas com o peão. Os edifícios criam um grande contraste, tanto entre frentes como na relação do exterior com o interior do quarteirão.

Entre a Praça Machado de Assis e o Largo da Cruz de Celas, a Avenida Calouste Gulbenkian integra o eixo funcional Avenida Fernão Magalhães, Avenida Sá da Bandeira, Rua Lourenço de Almeida Azevedo, Rua Augusta e Rua do Brasil a par com o eixo funcional Rua Ferreira Borges, Visconde da Luz e Rua da Sofia.⁴²

Trata-se de um sistema urbano que se desenvolve ao longo de uma rua ou integrando várias ruas. O eixo funcional integrado pela Avenida Calouste Gulbenkian caracteriza-se, entre outros aspectos, pelos serviços de saúde públicos e privados e a que se soma o comércio dito tradicional e as pequenas superfícies comerciais. No entanto, carece de especial atenção no que diz respeito à circulação viária e estacionamento, pelo que impera a promoção do sistema de transporte público.

A Avenida Calouste Gulbenkian é conformada por edifícios cuja implantação, em banda, não permite a relação visual para fora da avenida, funcionando como grandes muralhas. Ao nível do piso térreo é ocupada por espaços comerciais, restauração, bebidas e serviços. Os edifícios do lado Sul são de habitação colectiva, enquanto os edifícios do lado Norte têm um piso intermédio de consultórios e clínicas, entre o piso térreo comercial e os pisos superiores de habitação colectiva.

⁴² 1ª Fase do Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra: Caracterização, Diagnóstico e Cenários Prospectivos. Planta de Síntese. Outubro de 2009.

Estes últimos edifícios, do lado Norte, apesar de constituírem uma grande frente comercial com esplanadas viradas a Sul, vêm perdendo a competitividade de dia para dia. Trata-se de edifícios dos anos 80 que não têm actualmente condições para concorrer com as grandes superfícies que desde a década de 90 se vêm instalando em Coimbra.

Os *velhos* Centros Comerciais Golden Shopping Center, Girassolum, Cine-Teatro Avenida, MayFlower, Primavera e Tropical estão em decadência, a sua revitalização não passa apenas pela reabilitação do edificado.

Passa também pela criação de uma plataforma de promoção e gestão deste conjunto que os integre de forma plena no quadro económico da cidade.

Mas como estes espaços comerciais têm uma área de influência à escala do bairro, é necessário criar factores de interesse ou promover os que já existem.

No caso dos Centros Comerciais da Avenida Calouste Gulbenkian – MayFlower, Primavera e Tropical –, estruturar uma nova ocupação do espaço e uma nova imagem da avenida melhorando as duas frentes, é uma via que considero para revitalizar o comércio. Porque ao contrário dos outros, estes Centros Comerciais dispõem de uma frente de rua em todo o seu comprimento o que permite tirar partido de uma circunstância essencial: a relação directa com a rua. A sua composição fechada, cria um espaço ímpar, como uma praça, um espaço de proximidade.

Porém, revitalizar o comércio, como referi, não se resume a uma operação de estética e ordenamento do espaço exterior. O modo de apropriação do espaço público – ou a falta dele – provocou a desvalorização de áreas que se tornaram em verdadeiros vazios urbanos. O interior do quarteirão formado pela Avenida Calouste Gulbenkian, Rua Machado de Castro e Rua António José de Almeida que não estabelece relação com o exterior, é ladeado pelas traseiras dos edifícios que o conformam, o que dificulta a sua ocupação. Por seu lado, o interior do quarteirão formado pela Avenida Calouste Gulbenkian, Alameda Dr. Armando Gonçalves e Rua Costa Simões, ainda que ladeado por traseiras assume-se como um espaço de acesso a garagens e parques de estacionamento em contraste com o acesso principal à Escola Básica Martim de Freitas.

A Alameda Dr. Armando Gonçalves, compreendida entre a Avenida Calouste Gulbenkian e a Praceta Carlos de Mota Pinto, integra a Rede Secundária Rodoviária, rede de penetração.⁴³

As duas frentes da Alameda contrapõem-se: de um lado edifícios de 7 pisos, do outro, um vazio constituído por um estacionamento que já não serve o velho Hospital Pediátrico.

Após a inauguração do novo equipamento, os edifícios anteriores foram abandonados, assim como o jardim. Já é visível a degradação e o vandalismo que entretanto sofreram.

Questiono, nesse sentido as diferentes panorâmicas da Alameda, os cheios e os vazios, as acessibilidades e habitual relação da cidade com as Zonas de Protecção porque o Mosteiro de Celas e respectiva área que hoje se encontra protegida não representa nenhum benefício para Coimbra, pelo contrário.⁴⁴

Sendo assim, mesmo ocupando a dita zona de protecção, o importante é, respeitando o monumento, urbanizar a área afectada à protecção do Mosteiro e do anterior Hospital Pediátrico maximizando aquele espaço.

A Rua Costa Simões, que também integra a Rede Rodoviária Municipal Secundária, está parcialmente urbanizada: Pólo III, AIBILI e IBILI, coroam a colina. Porém, encontra-se em desenvolvimento um estudo para toda a área afectada ao parque hospitalar.⁴⁵

As vias que referi estruturam um sistema que ainda não se encontra concluído, nem hierarquizado. Alguns troços da Circular Externa atravessam a cidade e por isso não descongestionam o trânsito. A Circular Interna, que se liga em dois pontos à Circular Externa, desdobra-se numa série de vias que compõem a Rede Rodoviária Municipal Secundária, mas mantêm o mesmo perfil, como são os casos da Rua Costa Simões e Alameda Dr. Armando Gonçalves.

⁴³ Plano Director Municipal. Planta de Ordenamento. Síntese da Cidade de Coimbra. 2ª Alteração. Junho 2009.

⁴⁴ Delimitação da Zona de Protecção do Mosteiro de Celas, DG 2ª Série, n.º 7 de 9 de Janeiro de 1960

⁴⁵ Plano Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE. Coordenado por Gonçalo Byrne e António Bandeirinha.



Figura 20. Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra. 1ª Fase: Caracterização, diagnóstico e Cenários Prospectivos. Pré-Modelo de Desenvolvimento. Dezembro de 2009.

Apesar da Avenida Calouste Gulbenkian não integrar a rede referida, este arruamento foi o primeiro a ser construído e ditou o desenho dos seguintes. A Avenida Calouste Gulbenkian, Alameda Dr. Armando Gonçalves, Rua Costa Simões e Circular Interna têm o mesmo perfil. A Avenida Calouste Gulbenkian termina em dois pontos de distribuição: a Praça Machado de Assis e o Largo da Cruz de Celas, onde a escala dos perfis reduz para arruamentos de acesso às habitações. Resultando assim num desequilíbrio entre uma escala desproporcionada, a da Avenida que não integra a Rede Rodoviária Municipal Secundária, e a escala dos arruamentos que a acedem.

A partir da análise das dinâmicas assimiladas, identifiquei a necessidade de corrigir, hierarquizando as vias de comunicação. Resta porém, objectivar quais as vias necessárias e quais as valências que devem servir, de modo a não cometer os mesmos erros. Apesar de, com a consolidação do espaço, se prever um aumento do fluxo automóvel, importa equilibrar esta perspectiva com a perspectiva da construção do Metro Mondego e com o abandono gradual do veículo próprio.

Delineio assim alguns dos objectivos estratégicos para a intervenção, partindo do apontamento das características de Celas e área envolvente: a partir da requalificação da Avenida Calouste Gulbenkian, estruturar as vias segundo a finalidade das mesmas e consolidar vazios urbanos, contribuindo para a afirmação da identidade de Celas.

3.4. Ensaio.

Avenida Calouste Gulbenkian. Cluster de Saúde.

Partindo de alguns pressupostos do Plano Estratégico e do Plano de Urbanização em desenvolvimento, delineei um conjunto de propostas de forma a requalificar a Avenida Calouste Gulbenkian e a preencher vazios urbanos para a consolidação dos quarteirões existentes.

Considerei favorável para a consolidação de uma malha, a via de atravessamento proposta em PDM de prolongamento da Rua Virgílio Correia até à Circular Interna, estruturando o loteamento do terreno, cuja ocupação deverá ser habitacional, tirando partido da sua exposição solar.

A via que agora se propõe integrava a estrutura viária do Plano Regulador de Coimbra de 1954. No entanto, hoje não estrutura a mesma lógica nem a mesma escala. A via estruturante da cidade permitia ligar os bairros como Montes Claros e Celas à cota baixa, à circular externa, à estação ferroviária, etc. Esta via integrou sempre o planeamento da cidade, ainda que, com diferentes configurações e até mesmo estratégias – ou a falta delas – assume-se agora com o mesmo desenho que Almeida Garrett propôs.

Mas dada a ocupação até agora realizada, torna-se impossível a execução do prolongamento da Avenida Calouste Gulbenkian, como previsto acerca de 50 anos.

Neste sentido, a via proposta tem que se assumir como um acesso ao edificado que deve ser de carácter habitacional dado o perfil da rua.

Na mesma lógica, proponho a abertura de uma via que ligue a Avenida Calouste Gulbenkian à Rua Costa Simões, visando o atravessamento do quarteirão formado pelos dois arruamentos de forma a permitir a urbanização do interior deste. Assim, as duas vias propostas – atravessamento proposto em PDM e proposta decorrente deste ensaio – integram uma trajectória circular.

Pretendo assim a consolidação do quarteirão Norte da Avenida Calouste Gulbenkian, criando ligações físicas e visuais entre os diferentes arruamentos através da via de atravessamento e da própria malha assim criada.

O arruamento proposto baliza a intervenção na Avenida Calouste Gulbenkian, marcando o limite Oeste, coincidente com a Piscina de Celas – Centro de Medicina Desportiva de Coimbra. No sentido oposto, importa prolongar a Avenida na direcção do Largo da Cruz de Celas, balizando também aqui a intervenção, ponto coincidente com uma estação do Metro Mondego. No sentido de maximizar a intervenção estrutural que as obras do metro exigem, proponho o redesenho e reorganização da distribuição viária do Largo, assim como da relação com os acessos aos cais do Metro Mondego.

Na Avenida mantenho a linha de comércio, hotelaria e serviços no piso térreo, que deve porém, ser reestruturada e reabilitada de forma a criar uma nova imagem que relacione as duas frentes, assim como os edifícios Celas Studio Residence na Alameda Dr. Armando Gonçalves que criam uma relação nas frentes da alameda.

Também com o propósito de criar um novo ambiente visual na Avenida, aponto um novo revestimento do piso térreo, dos edifícios que a ladeiam, no intuito de criar menos ruído visual. Desta forma, ensaio sistemas metálicos, como zinco e titânio de modo a tornar as fachadas unas.

No que diz respeito à morfologia da própria Avenida Calouste Gulbenkian, importa equilibrar as diferentes cotas; isto é, a relação dos edifícios com a rua e rede viária. Actualmente as cotas estabelecidas – cota de soleira – que constituem as referências do desenho do espaço público embora esse traçado não se encontra definido. Ligam por meio de rampas encaixadas numa morfologia inadaptada às conexões que se pretendem. É fundamental estabelecer as diferentes alturas de forma a assegurar a clarificação da frente comercial, lado a lado com os acessos às garagens e ao estacionamento. No edifício Norte importa assegurar uma área maior para as esplanadas e, nesse sentido clarificar as vias, principalmente as pedonais.

Há condicionantes intransponíveis, que regram a intervenção, as vias pré-existentes, a cota da soleira dos edifícios e os acessos às garagens. É perante estes dados que estabeleço as cotas de intervenção, mantendo o espaço o mais amplo possível.

Nesta perspectiva, fixadas as cotas de soleira das frentes dos edifícios, prolongo o plano horizontal até chegar de encontro com as fachas de rodagem, cortando a relação entre a habitação, comércio e serviços com o automóvel. Não é que seja imperativo fazê-lo, mas assumo a Avenida como uma rua corredor, onde os indivíduos habitam em espaços definidos, distanciados do pavimento betuminoso.

As diferenças de cotas que associo também à passagem do metro ligeiro criam, por si só, a concepção de muros, sendo estes muros de suporte, pois a linha que se projecta, subterrânea, obriga à criação de mecanismos de acesso à cota da rua.

O impacto do atravessamento do metro ligeiro não tem como ser ignorado, porém não pode ser assumido como a estrutura primária na medida em que a sua concretização é, actualmente, uma incerteza. Resta desenhar com essa percepção mas sem cair nos erros que a história nos conta, assumindo assim um Plano B.

Esta interrupção do espaço deve ser vista como uma oportunidade que, através do desenho urbano, pode conduzir a trajectos pedonais que envolvam um percurso na Avenida de forma a vivenciá-la, contribuindo desta forma para a revitalização do comércio. Os acessos ao cais são também uma oportunidade de estabelecer os patamares que referi na medida em que criam interrupções altimétricas.

Neste sentido, tiro partido destes momentos na rua para assumir os muros não apenas como um suporte de terras ou uma vedação mas como um suporte de comunicação.

A frente Sul da Avenida, estabelecida à cota da soleira, difere, no ponto mais alto, cerca de 2 metros em relação à via. Um espaço que se previa de comércio e de acesso a garagens e à habitação não foi desenhado nesse sentido.

Como já referi, ensaio o prolongamento da cota de soleira de modo a criar um espaço caracterizado, assumidamente de comércio, restauração e serviços ainda que co-habitando com o acesso às garagens, cargas e descargas, porém, esses acessos podem ser restritos a determinado horário de forma a minimizar a presença automóvel.

A frente Norte da Avenida, estabelecida à cota da frente comercial, difere cerca de 2 metro no ponto mais alto em relação à via. Mas assumo claramente o muro. Pretendo criar espaço de estar, espaço de lazer em conjunto com a frente comercial e hoteleira. Descartando a via como o espaço ordenador.

É precisamente esse o objectivo, assumir a transformação, ignorando a imagem que já não seduz.

Essa imagem que pretendo, como referi, é minimal, sem o ruído visual que enche o espaço. A escolha do metal justifico pela assumida operação de reabilitação que quebra com a imagem actual. Porque os muros são como próteses, ainda que, um corpo pesado, o metal cria uma imagem de estrutura leve, algo de provisório.

Debaixo do patamar criado, estruturado num sistema metálico, um parque de estacionamento ganha lugar. Uma estrutura leve, permeável, que não fragilize a sua efectiva construção.

Mas, contrariamente a esta leveza, no interior do quarteirão que proponho intervir, quarteirão Norte, definido pelo conjunto de traseiras dos edifícios que o envolvem e pela entrada principal da Escola Básica Martim de Freitas, como já referido, pretendo a criação de volumes sólidos e estruturantes. Nesta perspectiva, torna-se necessário desenvolver uma malha que estabeleça relações entre as diferentes cotas, bem como relações volumétricas entre o edificado e a topografia.

Assim como importa também considerar o acesso à escola, reservando uma praça com dimensão adequada ao movimento de veículos e pessoas nas horas de entrada e saída. Para estabelecer o espaço é, no entanto, necessário intervir no recinto da escola de forma a maximizar a malha proposta. Neste sentido, proponho a realocação do pavilhão desportivo para um novo edifício integrando a Rua Costa Simões.

De forma a hierarquizar a via que margina a escola, o edifício para a prática de desporto desenvolve-se segundo a própria pendente da rua através do encastre do edifício na via, assumindo assim uma entrada superior, sem que o volume se torne o ícone da entrada de Coimbra porque não é isso que pretendo, pelo contrário.

No espaço verde contíguo, classificado como Espaço Verde de Protecção⁴⁶, proponho um parque que integre a área de protecção da Circular Interna e Externa, proposta no Plano de Urbanização. Apesar de o espaço estar interdito à construção e ocupação, deve ser ocupado de forma a constituir no mínimo um espaço de relação directa entre o habitante, o trabalhador, o turista e a cidade. Através de ciclo-vias que integrem um percurso com destino à Mata do Choupal, por exemplo. Ou, numa escala local, circuitos de manutenção. Importa habitar o espaço, ordenando-o.

Criada a malha no interior do quarteirão, os edifícios propostos assentam no solo de forma a permitir o atravessamento, não criando barreiras. A ocupação do piso térreo deve ser de carácter público de forma a criar relações directas com o exterior.

⁴⁶Plano Director Municipal. Planta de Ordenamento. Síntese da Cidade de Coimbra. 2ª Alteração. Junho 2009.

De um lado, edifícios que integram o *Cluster de Saúde*, ocupados por entidades ligadas à investigação e por unidades prestadoras de serviços, como consultórios e clínicas privadas. No lado oposto, o edifício fica reservado a dispositivos de acesso ao parque e para equipamentos de apoio ao parque verde como, por exemplo, ginásio.

Há uma clara mudança de escala no interior deste quarteirão que entra em conflito com o vazio verde. Daí decorre a indispensabilidade de contaminar o espaço edificado pelo verde que se pretende ordenado.

A implantação dos edifícios A e B, assinalados na Figura X permitem a criação de novas frentes, fechando a linha das traseiras dos edifícios que viram para o quarteirão. Por sua vez, o volume que integra o parque verde, em paralelo com o volume a ele contíguo, estruturam uma entrada.

A Alameda Dr. Armando Gonçalves, na sua frente Este, é ocupada por um primeiro grupo de edifícios de habitação colectiva que co-habita com diversos consultórios médicos. À urbanização segue-se o recinto do antigo Hospital Pediátrico composto por edifícios e jardins que se encontram em mau estado e cujo fim não conheço. A seguir, o conjunto edificado que integra o Mosteiro de Celas.

Acontece que por ser um edifício classificado, tem uma zona especial de protecção correspondente, porém, o antigo hospital está integrado na referida zona, assim como o parque de estacionamento situado ao longo da Alameda.

Deste modo, criam-se justificações para estruturar a Alameda Dr. Armando Gonçalves dada a sua composição.

Ainda que sabendo os trâmites legais que constituem a salvaguarda patrimonial estabelecida pela Zona de Protecção reside a dualidade entre proteger e potencializar a área residual em volta do edifício classificado. Porque hoje, sendo o antigo hospital um edifício sem uso, assim como o estacionamento, resulta numa área desaproveitada que faz frente de rua.

Por estas razões ensaio a demolição de todos os edifícios que constituíram o Hospital Pediátrico de Coimbra e a redefinição da integração do Convento de Celas na malha da cidade.

Como este conjunto classificado está inserido na Zona Histórica⁴⁷, devia integrar a estratégia de Reabilitação do Centro Histórico de Coimbra, por exemplo, com um percurso temático dado que Celas é também uma entrada na cidade e por isso um ponto de partida.

O redesenho das vias proporcionado pela passagem do metro ligeiro constitui uma oportunidade de clarificar não apenas as vias, mas também a relação com o edificado, possibilitando a criação de continuidades espaciais.

Mas importa de facto reurbanizar a Alameda e o que hoje é um conjunto abandonado e vandalizado. Assim, salvaguardando uma área *non-aedificandi* de forma a preservar o Convento de Celas, proponho a urbanização do espaço de modo a ser ocupado por um conjunto de edifícios de habitação colectiva, criando uma frente de rua com espaços comerciais, de restauração ou serviços seguindo a lógica de ocupação dos edifícios envolventes no pressuposto de criar espaço público.

Ainda que fortemente influenciada pelos edifícios do topo Norte da Alameda, a análise da forma como o edifício se relaciona com a rua não provoca qualquer vontade de continuar o desenho, mas sim altera-lo.

Uma frente ajardinada – leia-se relvado – não é a solução. O “reino do verde” é no interior de quarteirão já referido. Ou em última análise, dentro do espaço criado por esta urbanização, um jardim de proximidade.

Neste sentido procuro, uma via pedonal ampla que articule habitação com os espaços comerciais, de restauração e de serviços.

Desenhado o ensaio, resta assumir o real uso do edifício para que se projecta, reservando-lhe assim a sua função.

⁴⁷ Plano Director Municipal. Regulamento – Anexo II. Centro Histórico da Cidade de Coimbra. Setembro 1993.

4. Por fim.

Os conceitos e processos de intervenção sistemática na cidade existente têm evoluído significativamente ao longo das últimas décadas e, em consequência, mudaram de intenções e de figura os instrumentos de planeamento bem como os modelos de gestão. O PNPOP, em vigor desde 2007, é o registo legal do que deve ser feito doravante.

No entanto, a consciencialização a que me refiro, está feita há bastante tempo. Apesar de actual não é de hoje. Aliás, os discursos foram e continuam repetitivos sem que se alcance a eficácia.

Perante a análise dos diferentes planos as referências são constantes, os mesmos problemas são apontados, as mesmas virtudes são apontadas, as mesmas colinas, a mesma universidade, o mesmo rio, tal como aponto ao longo do trabalho.

Coimbra, enquanto objecto está definida. É preciso identificar as rupturas e fazer cidade, refazendo-a.

O facto do primeiro PP vigente ser de 2010, dá bem conta que a cidade cresceu sem desenho. Vejam-se as vias, as obras estruturantes da cidade que permitiram implantações ocasionais ao longo do traçado sem uma estratégia de fundo. Atravessa o território ligando agora as aldeias-satélite? Núcleos primitivos que Etienne de Gröer considerava no planeamento da cidade? Núcleos funcionais sem uma identidade perene. Continuam eles aldeias-satélite?

Ainda que sendo de Coimbra e aqui vivi desde sempre, conheci outra cidade, uma cidade que se idealizou, que se planeou e que não foi concretizada.

Ao longo do texto refiro alguns exemplos de problemas na cidade que resistem desde o primeiro plano, *Plano de Urbanização, de Embelezamento e Extensão* de 1940, e que continuam actuais porque nas últimas 7 décadas faltou uma estratégia holística.

Ainda que simulado, académico e com condicionantes irremediáveis, este ensaio revê-se na actual necessidade de explorar novas propostas para a cidade de forma a alcançar uma linguagem e uma identidade.

A narrativa da construção da Avenida Calouste Gulbenkian foi essencial para a compreensão de toda a área envolvente. Ainda que esboçada no *Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão*, a sua construção foi efectivada durante a vigência do plano seguinte, *Plano Regulador* elaborado por Almeida Garrett.

Porque era um projecto ambicioso que integrava as vias estruturantes da cidade, o parecer e aprovação seria demorado e por isso o projecto foi seccionado. Porém, a urgência da sua construção resultou no segmento que ganhou o nome de Calouste Gulbenkian porque naquela avenida se previa a construção da Biblioteca Municipal com fundos da Fundação Calouste Gulbenkian.

O objectivo estruturante desta prova assenta na concepção de uma estratégia caracterizadora do centro que se prende de identidade. Contudo, a requalificação da Avenida Calouste Gulbenkian assume-se como o primeiro objectivo desta estratégia, proporcionando a este espaço a característica de âncora social, um espaço agregador. Por isso se mostra importante a definição da área para *estar* em oposição à via automóvel, clarificando assim o espaço público.

Às diferenças de cotas da soleira do edificado associa a criação dos espaços para *estar* e tiro partido dos acessos ao cais do metro que justificam a presença dos muros que proponho.

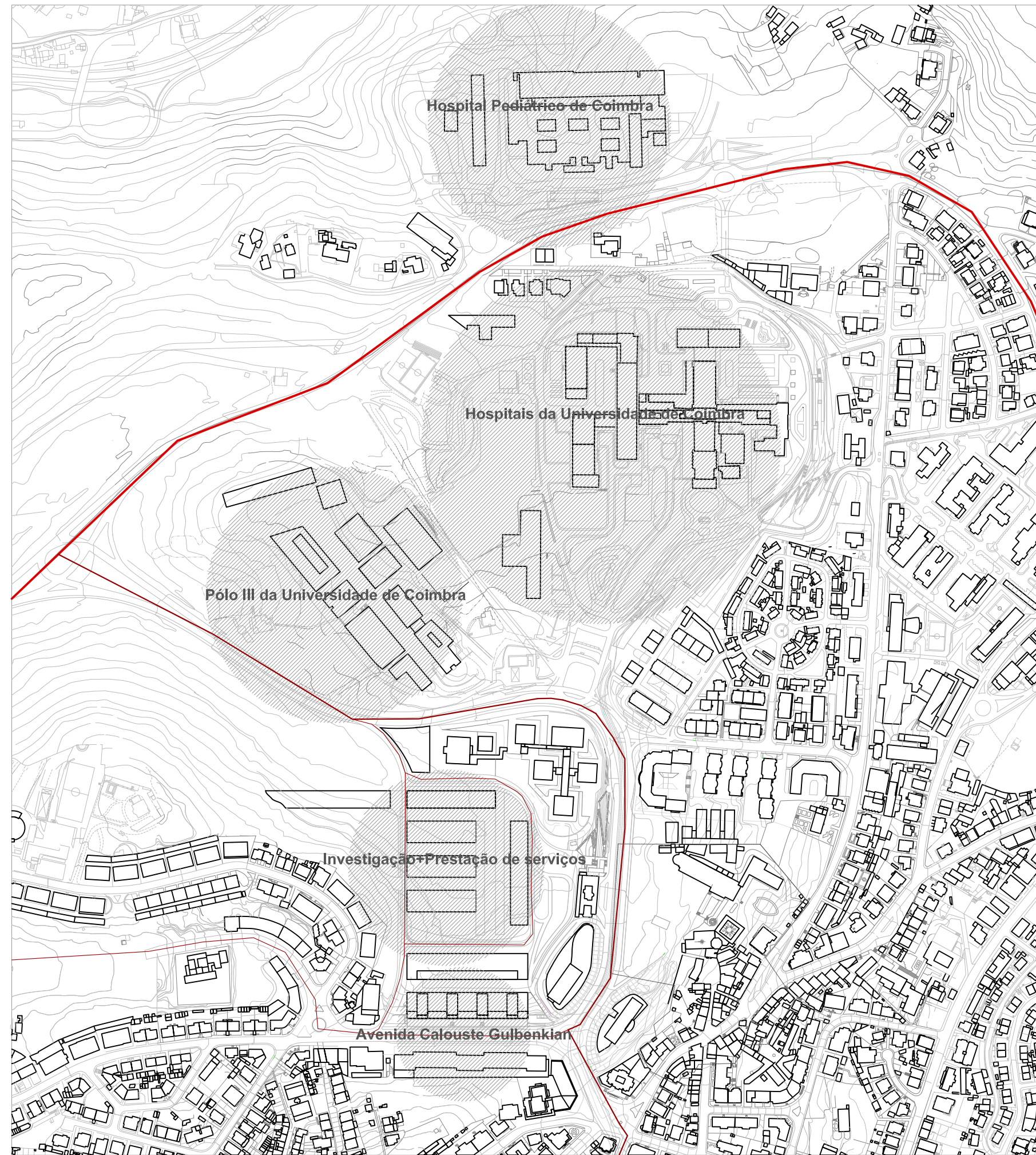
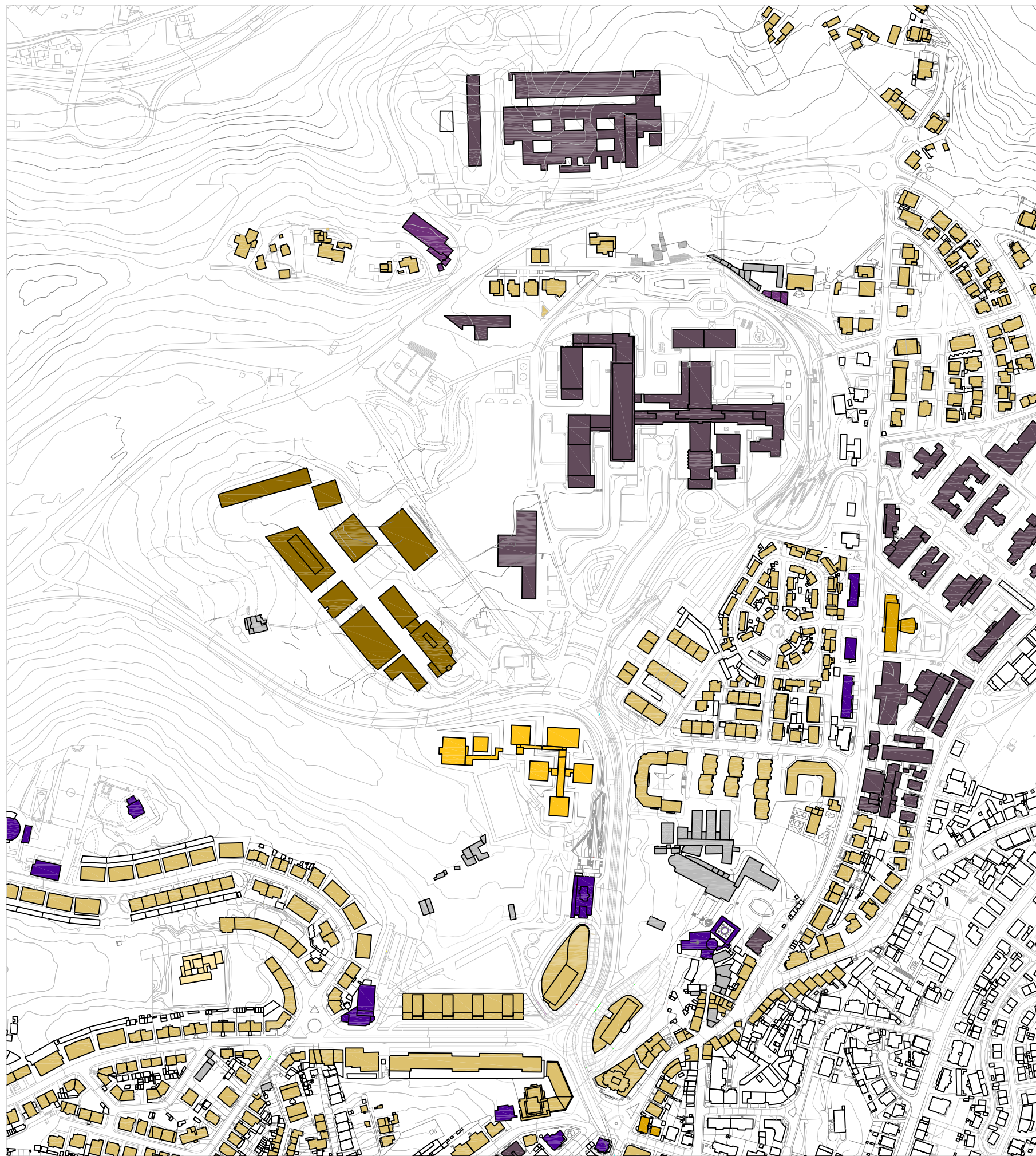
Mas a requalificação da Avenida e por isso do comércio não se limita à área compreendida entre o edificado. A consolidação dos quarteirões contíguos suporta a primeira acção, criando-se assim uma interdependência.

Como Celas é um centro por excelência de saúde, tanto pelos serviços prestados como pelo ensino e investigação, proponho o *cluster de saúde* consolidando o quarteirão e formalizando assim um centro de identidade.

“O que interessa não é fazer planos por fazer; fazer planos que se não possam cumprir... .. face aos conflitos de interesses, que são reais, que se levantam nestas matérias. A prática é que decide, em ultima análise, da qualidade de um plano ou de um programa de actuação.” (Nuno Portas, 1983)

Resta, por fim, antes da prática, a oportunidade de propor.

5. Peças Desenhadas

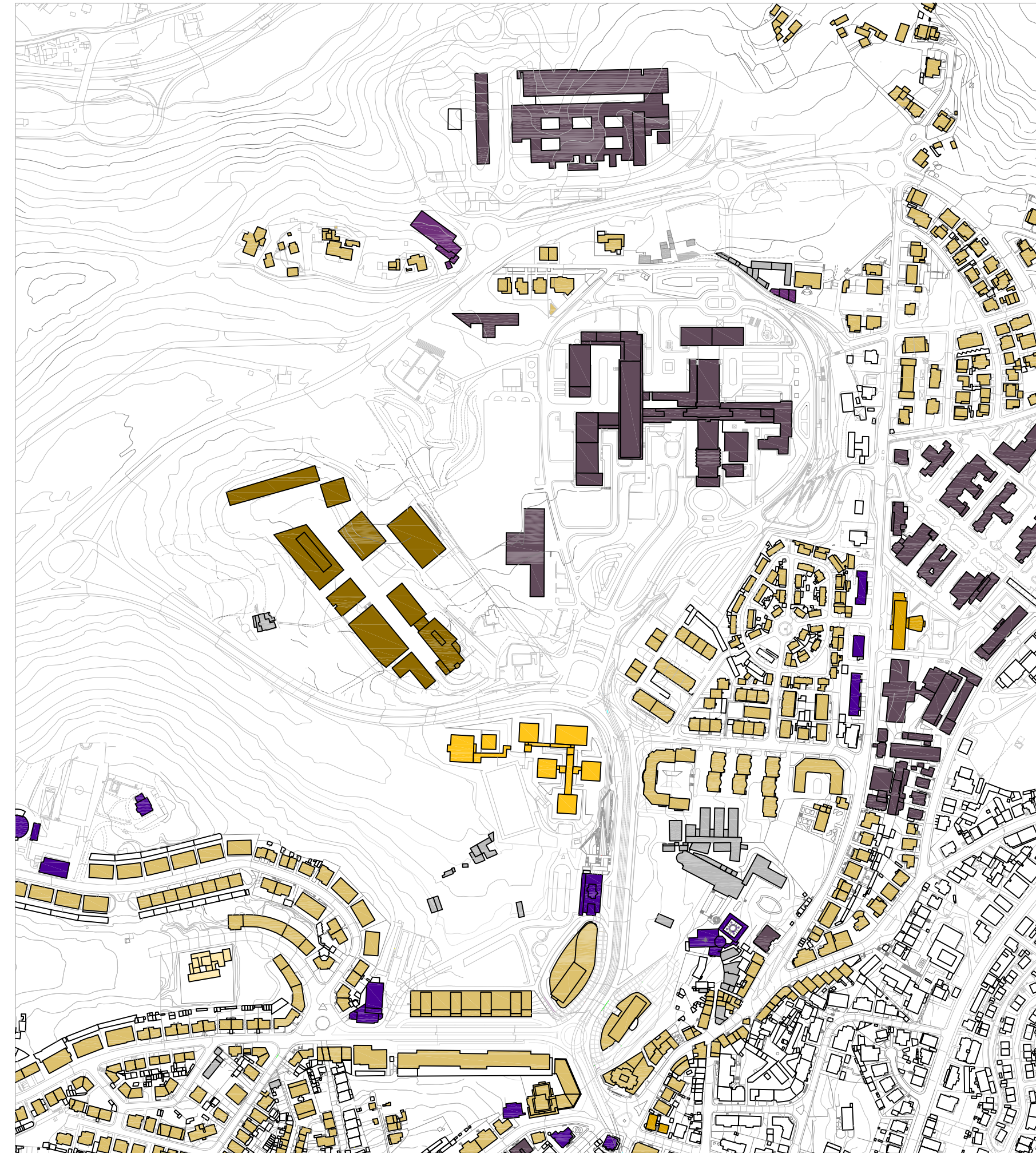
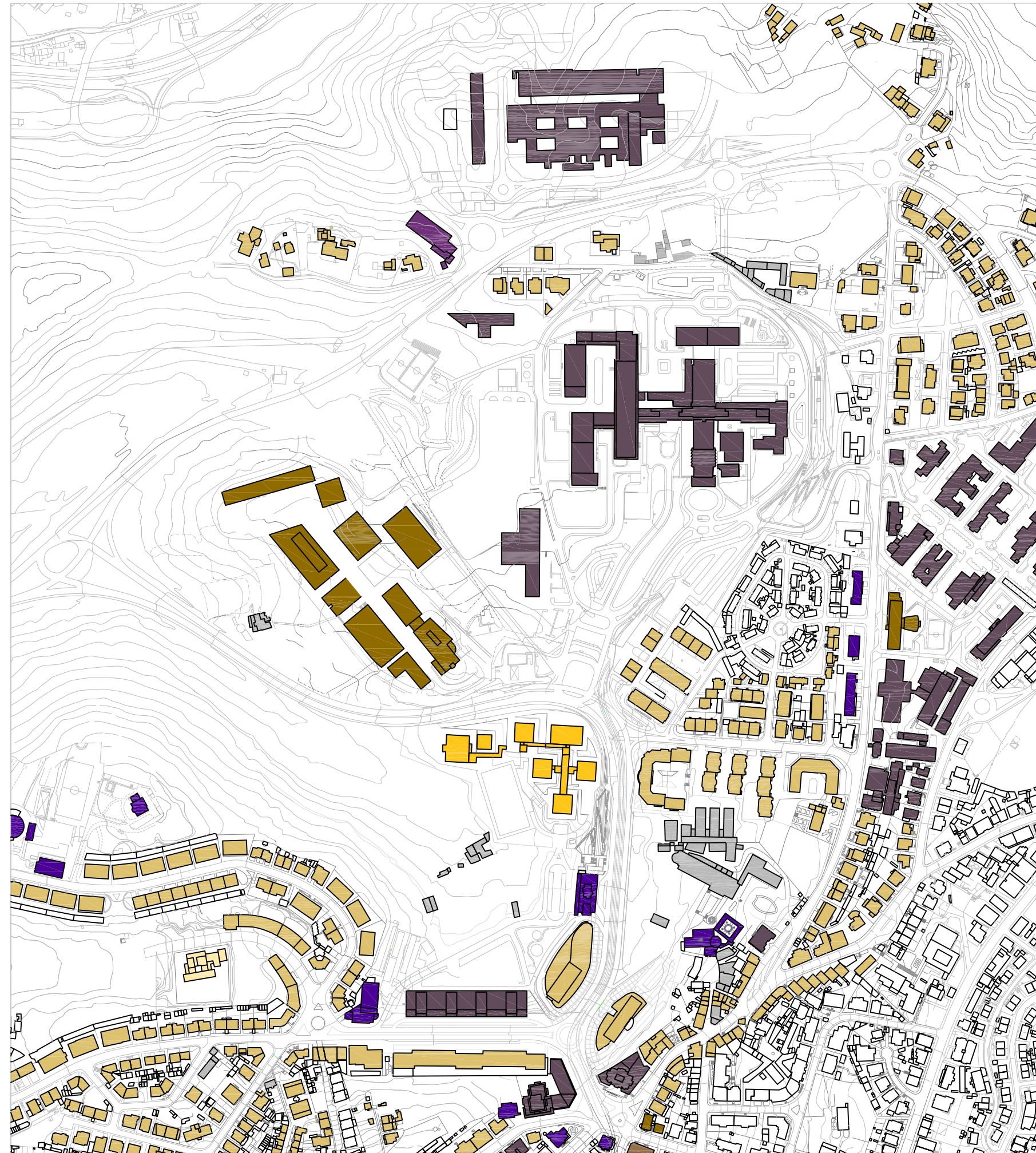
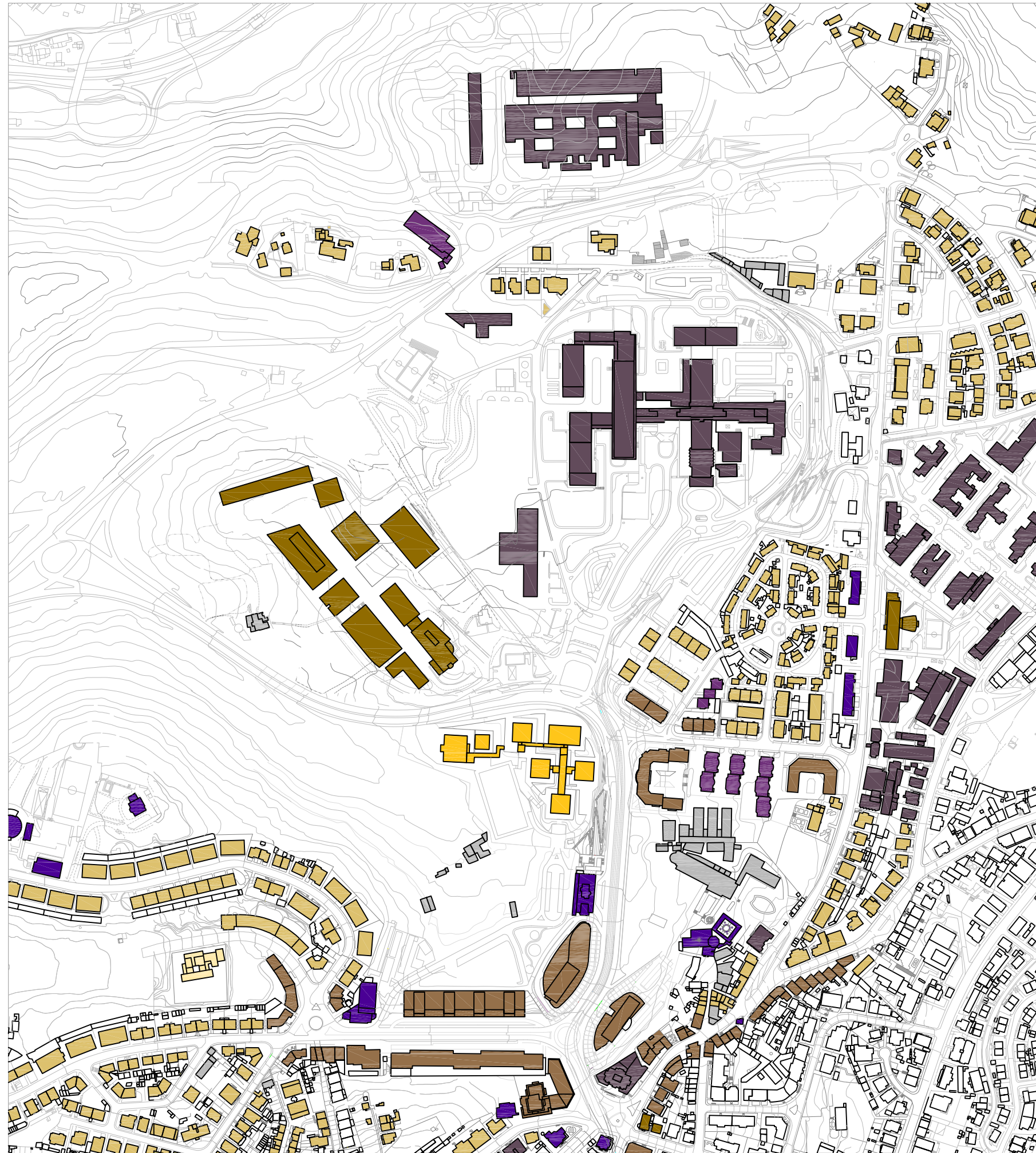


AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN

Estratégia para um Centro

Planta de Estratégia
 Usos Dominantes
 Núcleos Funcionais
 Escala 1/5000

- Habitação
- Comércio
- Serviços de Saúde Públicos
- Serviços de Saúde Privados
- Outros Serviços/Equipamentos
- Ensino Básico 1º Ciclo
- Ensino Básico 2º e 3º Ciclo
- Ensino Superior
- Devolutos



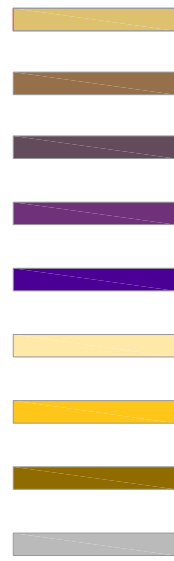
AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN

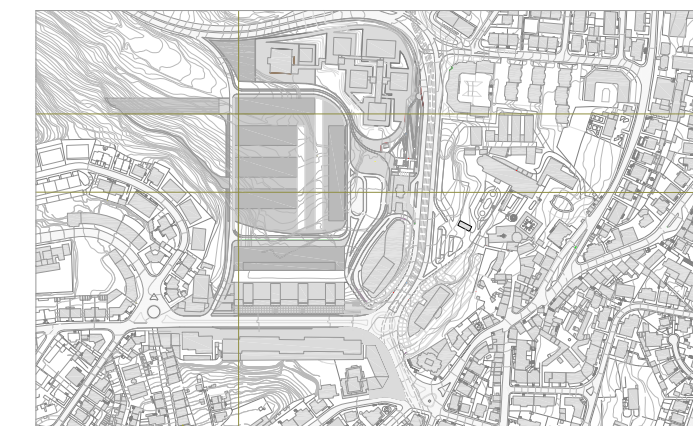
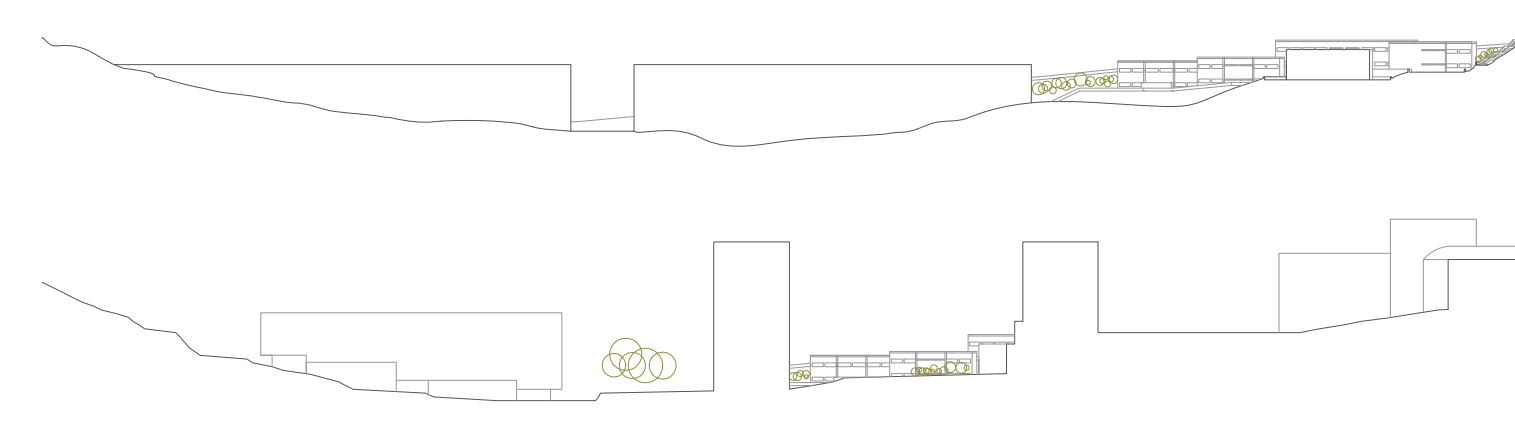
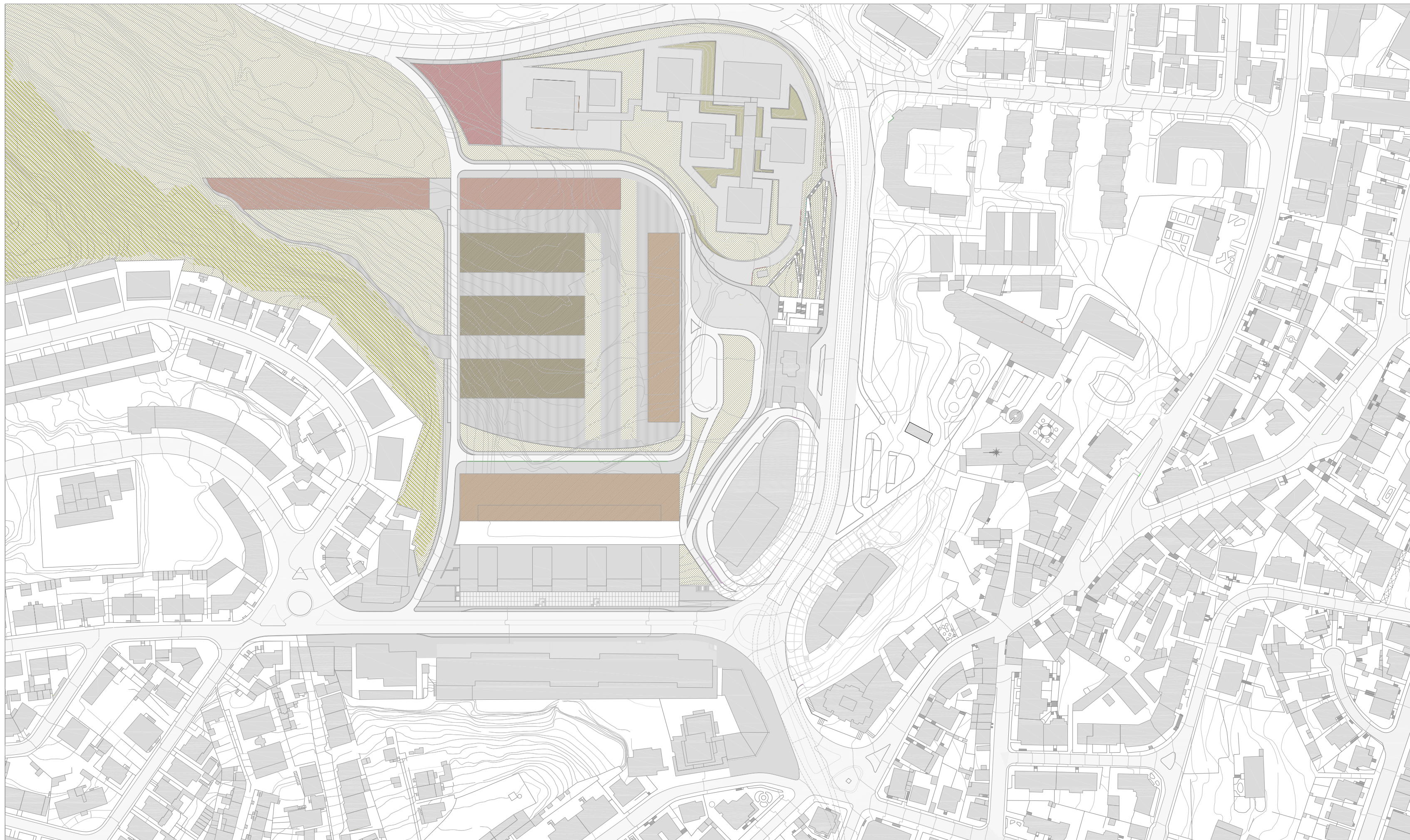
Estratégia para um Centro

Planta de Levantamento e Caracterização do Existente
Usos Piso Térreo + Piso 1 + Dominante

Escala 1/5000

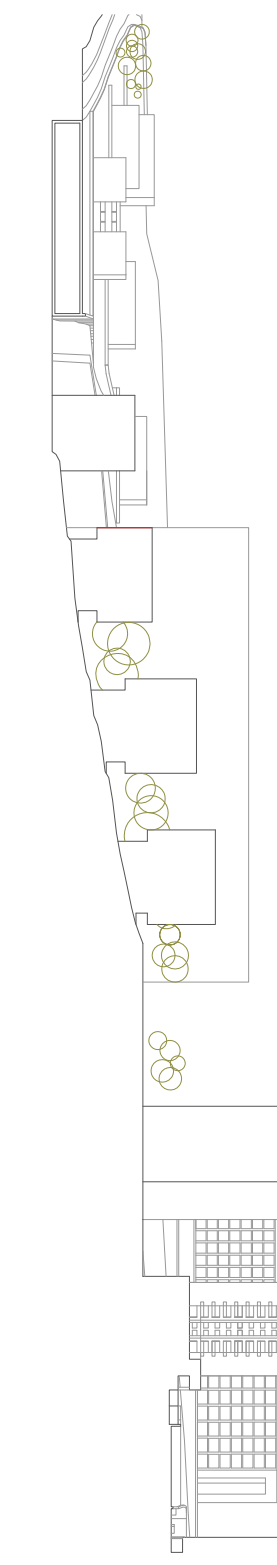
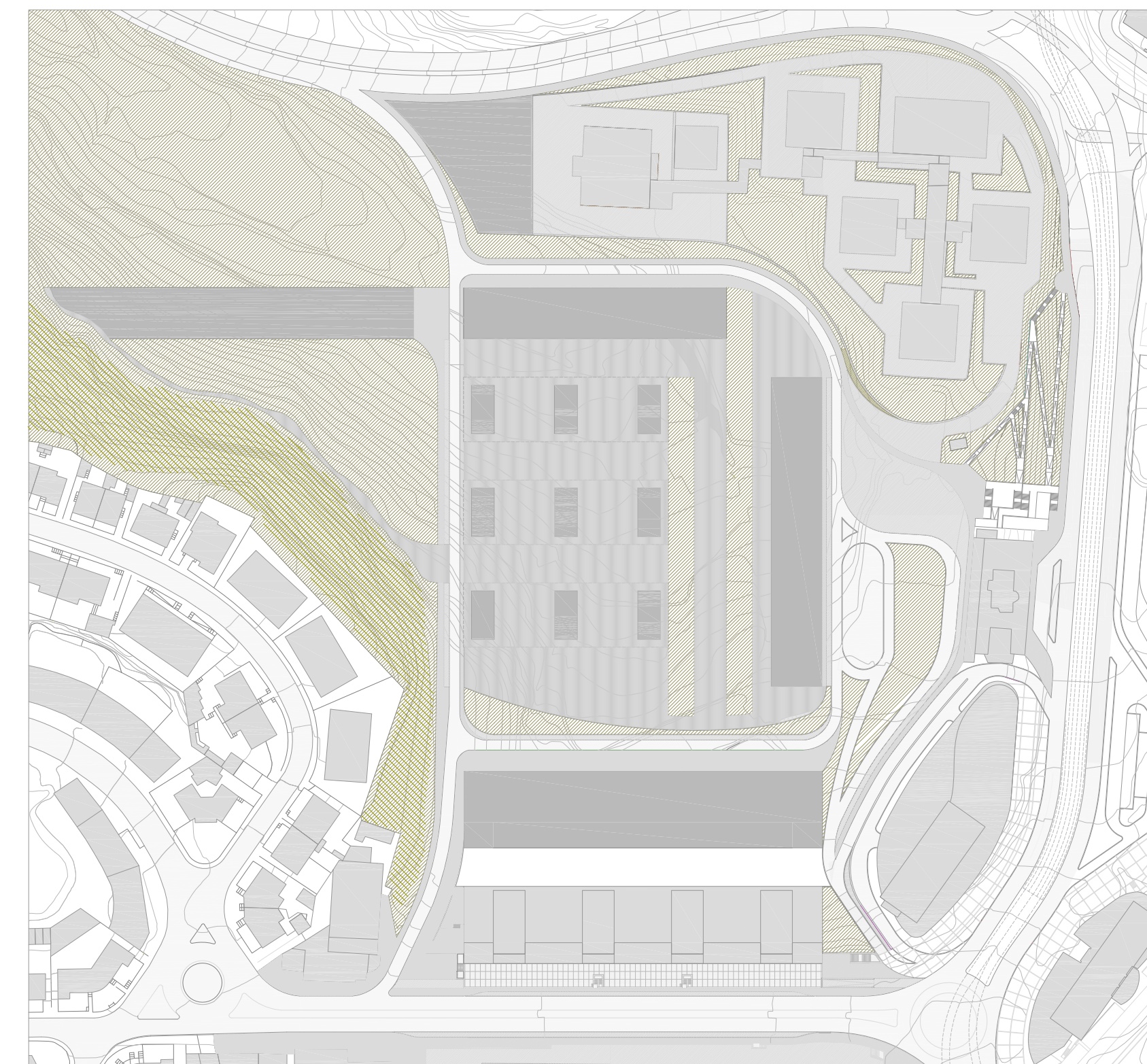
- Habitação
- Comércio/Restauração
- Serviços de Saúde Públicos
- Serviços de Saúde Privados
- Outros Serviços/Equipamentos
- Ensino Básico 1º Ciclo
- Ensino Básico 2º e 3º Ciclo
- Ensino Superior
- Devolutos





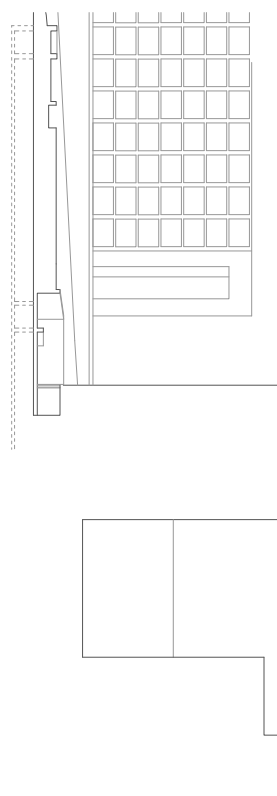
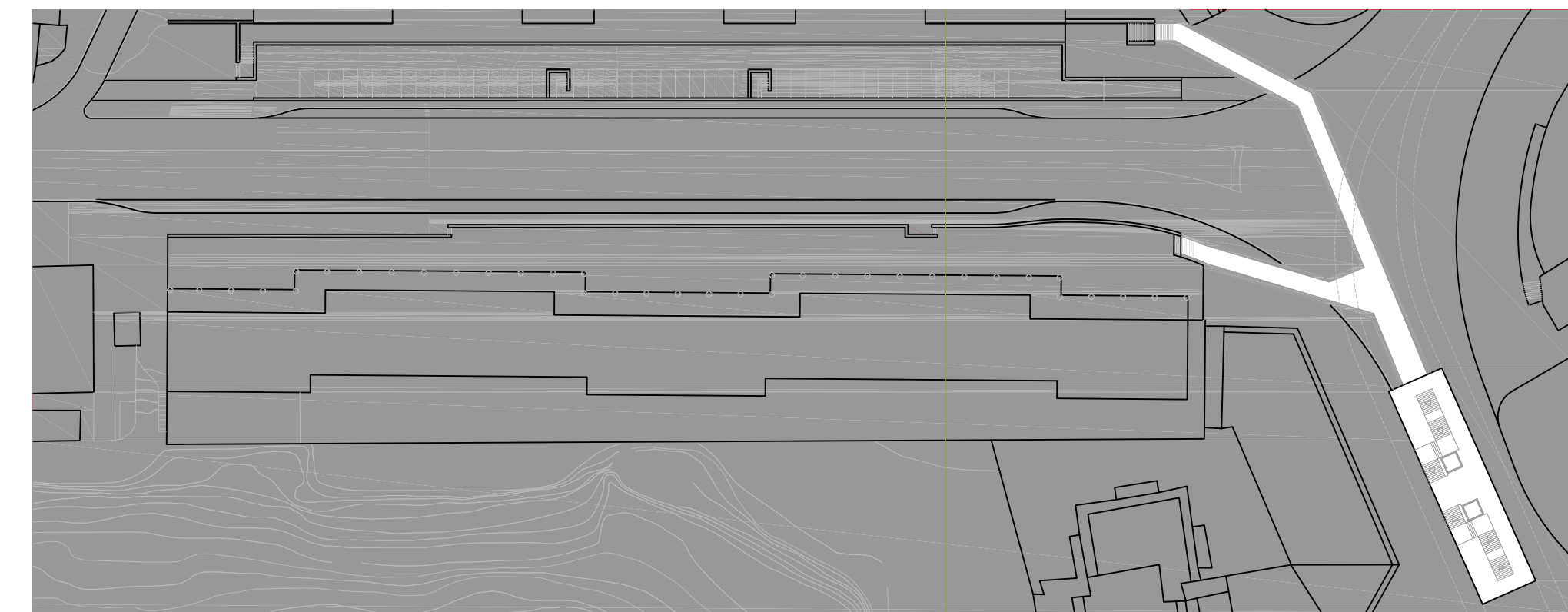
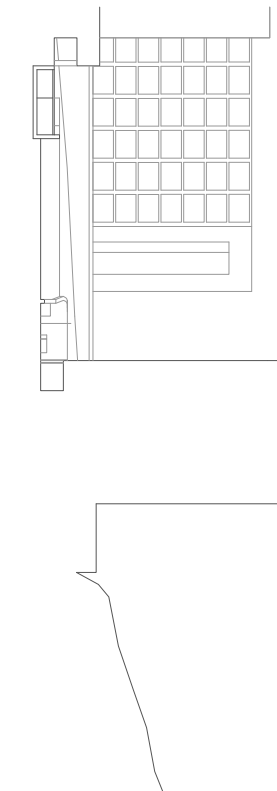
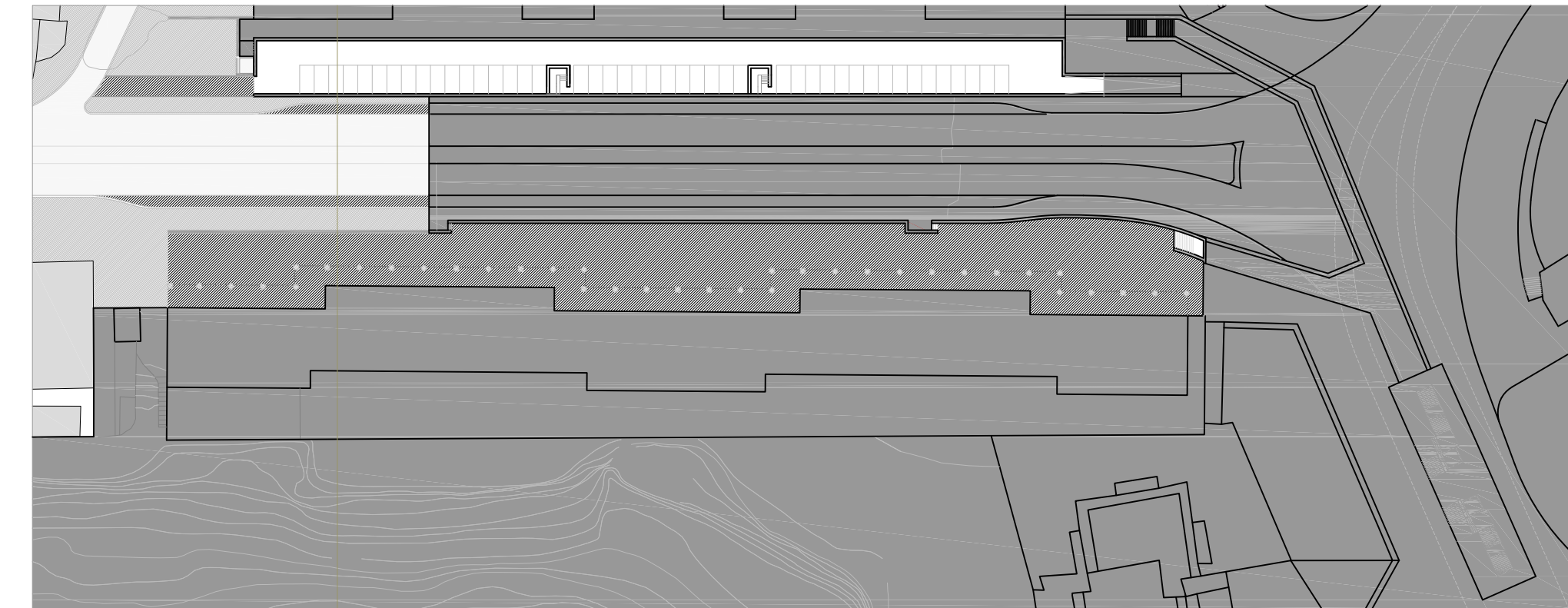
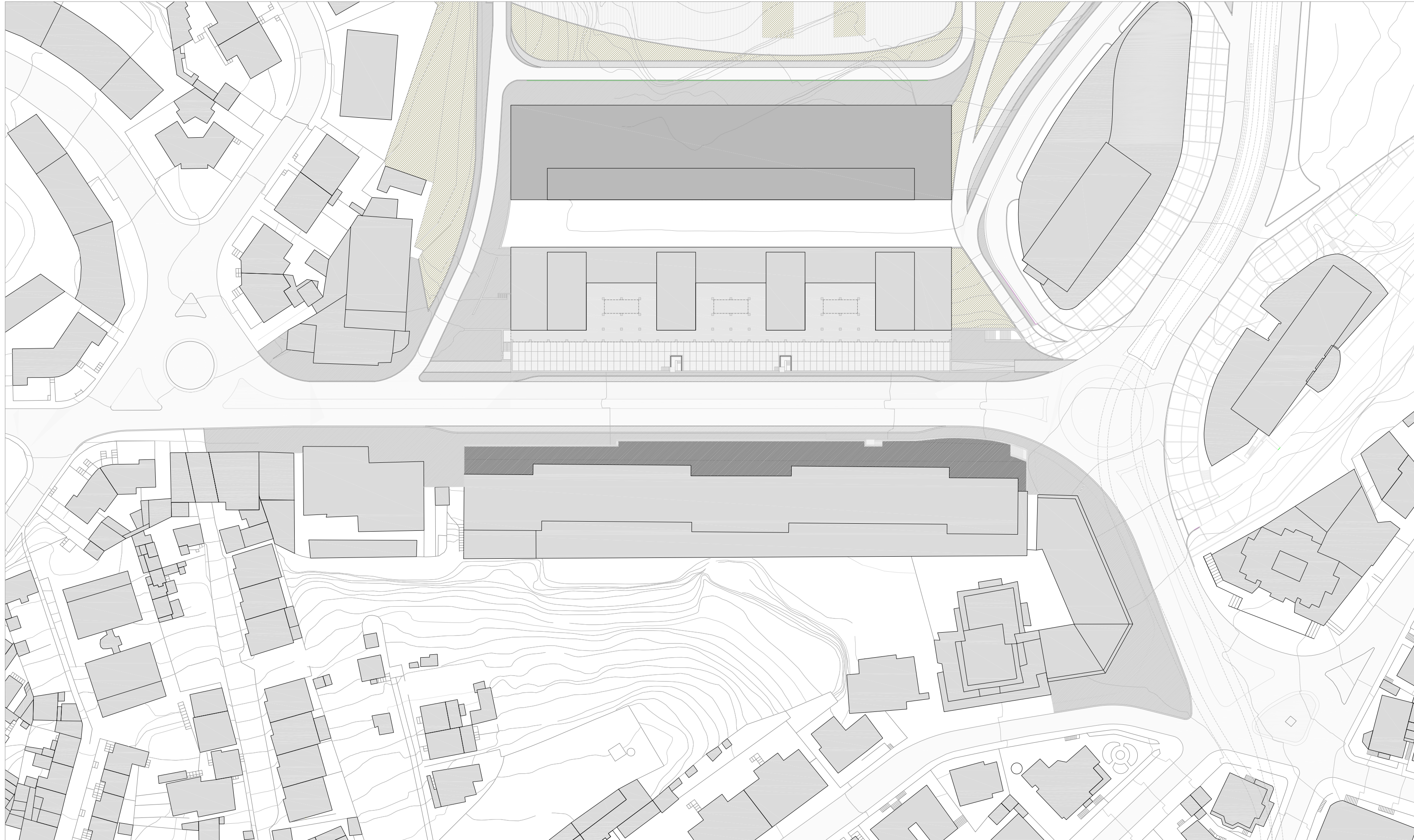
AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN

Estratégia para um Centro



Planta de Implantação
 Planta de Piso Térreo dos Edifícios Propostos
 Perfis Associados
 Escala 1/2000

- Equipamento Escolar
- Prestação de Serviços Continuados
- Acesso ao parque+Biblioteca+Alojamento
- Investigação
- cubo calcário branco 5 cm x 5 cm
- paralelo granito preto 5 cm x 10 cm
- lajes calcário branco
- lancil granito 20 cm x 20 cm
- grelha metálica 3 m x 2 m



AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN

Estratégia para um Centro

Planta Cota 112.5
Planta Cota 111.0 + Perfil Associado
Planta Cota 108.0 + Perfil Associado
Escala 1/1000

6. Bibliografia

Câmara Municipal de Coimbra. **Antão de Almeida Garrett. Palestra em Coimbra sobre o seu Plano Regulador.** Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal. 1956.

Câmara Municipal de Coimbra. **Urbanismo Coimbra Anos 90.** Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. 1993.

Câmara Municipal de Coimbra. **Evolução do Espaço Físico de Coimbra.** Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. 2006.

CRUZ, Sara Ventura da. **Aveiro, A Avenida: Bases para um Plano.** Coimbra. 2011. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

DOMINGUES, Álvaro. **Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal.** Lisboa: Argumentum. 2006.

ECDJ 3, **Novos Mapas para Velhas Cidades.** Coimbra: EDARQ. 2000.

ECDJ 4, **Coimbra, um Novo Mapa.** Coimbra: EDARQ. 2001.

ECDJ 67, **Inserções.** Coimbra: EDARQ. 2003.

FERREIRA, Carolina. **Coimbra aos Pedacos. Uma Abordagem ao Espaço Urbano da Cidade.** Coimbra. 2007. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

GONÇALVES, Adelino. **Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda. Os seus Contributos para a Desagregação Urbana e a Necessidade de (Re)Habilitar a Patrimonilização da Cidade na sua (Re)Feitura.** Coimbra 2011. Tese de doutoramento. FCTUC.

GRANDE, Nuno. **O Verdadeiro Mapa do Universo: uma Leitura Diacrónica da Cidade Portuguesa.** Coimbra: EDARQ. 2002. Publicação da Dissertação elaborada para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas pelo autor ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

GRANDE, Nuno. **Arquitectura & Não**. Coleção Pensar a Arquitectura. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2005.

GROER, Etienne de. **Introdução ao Urbanismo**. In Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. Lisboa. 1945-1946. Páginas 17-86.

LOBO, Manuel Leal Costa. **A Recriação da Imagem de Coimbra e os seus Valores Culturais**. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro. 1983.

LOBO, Margarida Souza. **Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco**. Porto: FAUP. 1995.

NUNES, Mário. **Anais do Município de Coimbra: 1960-1969**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. 2008.

PORTAS, Nuno. **Uma Nova Política Urbana**. In MENDES, Manuel. *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. Porto: FAUP. 2005.

PORTAS, Nuno. **Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando**. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro. 1983.

PORTAS, Nuno. **Notas Sobre a Cidade a Intervenção na Cidade Existente**. In *Sociedade e Território* n.º 2. Porto: Edição Afrontamento. 1986.

PORTAS, Nuno. **El Surgimiento del Proyecto Urbano**. In *Perspectivas Urbanas* n.º 3. Disponível em <http://www.etsav.upc.es/urbpersp/num03>

PORTAS, Nuno. **Os Tempos das Formas: a Cidade Feita e Refeita**. Guimarães: DAAUM. 2005.

PORTAS, Nuno. DOMINGUES, Álvaro. **Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

Relatório do Programa Nacional de Política de Ordenamento Territorial. 2007.

ROSMANINHO, Nuno. **O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária da Coimbra**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2006.

SANTOS, Lusitano dos. **Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra.**

Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro. 1983.

SECCHI, Bernardo. **Le condizioni sono cambiate.** *Casabella*. Milano: Electa Periodici, 498/9. 1984.

5.1 Planos, Regulamentos Urbanísticos, Projectos e Estudos.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). GARRETT, Antão de Almeida. **Plano Regulador da Cidade de Coimbra.** 1955. Acessível no Arquivo Histórico da DGOTDU.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). MARTINS, Armando Tavares Alves. **Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne.**1970.Acessível no Arquivo Histórico da DGOTDU.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). **Informação Crítica da Memória Descritiva do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Coimbra.**1970.Acessível na Biblioteca Municipal de Coimbra.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). GONÇALVES, Carlos. **Biblioteca Municipal de Coimbra – Anteprojecto.** 1973. Acessível na Biblioteca Municipal de Coimbra.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). **Conjunto do Largo da Cruz de Celas – Estudo Urbanístico (Aditamento).** 1973. Acessível na Biblioteca Municipal de Coimbra.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). GONÇALVES, Carlos. **Biblioteca Municipal de Coimbra – Projecto.** 1974. Acessível na Biblioteca Municipal de Coimbra.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). VIEIRA, Aníbal. **Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne até Celas.** 1966.Acessível no Arquivo Histórico da DGOTDU.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). Martins, Armando Tavares Alves. **Memória Descritiva da Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne**.1970.Acessível na Biblioteca Municipal de Coimbra.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). VIEIRA, Aníbal. **Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne até Celas**. 1966.Acessível no Arquivo Histórico da DGOTDU.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). Martins, Armando Tavares Alves. **Memória Descritiva da Urbanização do Prolongamento da Rua Nicolau Chanterenne**.1970.Acessível na Biblioteca Municipal de Coimbra.

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). **Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra. Síntese e Diagnóstico. Relatório Sectorial 05**. 2007.Acessível em www.cm-coimbra.pt

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). **Plano Estratégico da Cidade de Coimbra. Documento Base**. 2009.Acessível em www.cm-coimbra.pt

CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (CMC). **Plano Estratégico da Cidade de Coimbra. Documento Complementar**. 2009.Acessível em www.cm-coimbra.pt

GROER, Etienne de. **Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. 1948.

5.2 Diplomas Legais

Decreto-Lei n.º 24802 de 21 de Dezembro de 1934 – Obriga as Câmaras Municipais do continente e ilhas a promover o levantamento de plantas topográficas e à elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios.

Decreto-Lei n.º 33278 de 24 de Novembro de 1943 – Programa para a construção de 5000 habitações em algumas cidades do país.

Decreto-Lei n.º 46673 de 29 de Novembro de 1965 – Permite o loteamento aos particulares.

Decreto-Lei n.º 701-A/76, publicado no Diário da República n.º 229, Suplemento, de 9 de Setembro de 1976 – Lei das Autarquias.

Decreto-Lei n.º 560/71, publicado no Diário da República n.º 294 de 17 de Dezembro de 1971 – Obriga as Câmaras Municipais do continente e ilhas a promover a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios e outras localidades.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/94 de 10 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 94, I Série B de 22 de Abril de 1994 – Ratifica o PDM de Coimbra.

Carta de Leipzig, Cidades Europeias Sustentáveis (EU, 2007)

Programa Nacional de Política de Ordenamento Territorial (Portugal, 2007)

Política de Cidades POLIS XXI (Portugal, 2007)

5.3.WebSites

<http://www.dgotdu.pt>

<http://www.cm-coimbra.pt>

6. Fonte das Figuras.

Figura 1 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 2 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 3 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 4 – Biblioteca Municipal de Coimbra.

Figura 5 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 6 – Produzida a partir de uma fotografia (Câmara Municipal de Coimbra).

Figura 7 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 8 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 9 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 10 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 11 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 12 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 13 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 14 – Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Figura 15 - Produzida a partir de fotografias (Biblioteca Municipal de Coimbra).

Figura 16 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 17 - Produzida a partir de fotografias (Biblioteca Municipal de Coimbra).

Figura 18 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 19 – Produzida a partir de uma imagem aérea.

Figura 20 – Produzida a partir do Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra. 1ª Fase: Caracterização, diagnóstico e Cenários Prospectivos. Pré-Modelo de Desenvolvimento. Dezembro de 2009.

